

Documentos Previsionais

Orçamento e Grandes Opções do Plano

2016

RCM de 29-10-2015

Deliberado, por maioria, dos presentes, com dois votos a favor e uma abstenção, do Senhor Vereador Carlos Bebiano, o seguinte, como propostas a enviar à Assembleia Municipal para aprovação:

- 1. Aprovar o pedido de autorização para a contração de empréstimo de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, durante o ano de 2016;**
- 2. Aprovar o pedido de autorização para a Câmara assumir compromissos de que resultem encargos financeiros repartidos, por vários anos económicos, em conformidade com as opções do plano;**
- 3. Aprovar o Orçamento e GOP's para 2016;**
- 4. Aprovar os montantes totais das receitas e despesas por natureza económica;**
- 5. Aprovar o pedido de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - art.º 6 da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro;**
- 6. Aprovar as Normas de Execução do Orçamento para 2016.**

Estiveram presentes o Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares e os Senhores Vereadores António Salgueiro e Carlos Bebiano.

Município de Alfândega da Fé



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

Relatório, Orçamento e GOP's para o ano económico de 2016

INDICE:

Parte I

Mensagem da Sr.ª Presidente

Nota Introdutória

1 – Visão, Valores e linhas estratégicas do Município

2 - Recursos humanos

3 – Gestão Financeira

Receitas e Despesas Previstas

Critérios de avaliação das Receitas

Estrutura das Receitas

Despesa Previsional

Critérios adoptados na projecção dos valores da despesa

Estrutura da Despesa

Poupança Corrente

Grandes Opções do Plano

Despesas com pessoal – Limite

Passivos Financeiros

 Empréstimos de Médio e Longo Prazo

 Empréstimo de Curto Prazo

Limites da dívida total da autarquia para o ano de 2015

Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - art.º 6 da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro

Proposta de Autorizações relativas à execução orçamental

Parte II

4 - Anexos - Orçamento e Grandes Opções do Plano

Orçamento para 2016

 Resumo do Orçamento

 Resumo do orçamento por rubricas

 Orçamento da Receita

 Orçamento da Despesa

Grandes Opções do Plano 2016

 Resumo

 Plano de Actividades Municipais - PAM

 Plano Plurianual de investimentos – PPI

Quadro Plurianual Municipal

Mapa da Previsão dos Encargos com Empréstimos - 2016

**PARTE I****Mensagem da Sr.^a Presidente da Câmara****Caros membros da Assembleia Municipal:**

Vimos de acordo com a legislação em vigor e os compromissos assumidos no Plano de Ajustamento Municipal apresentar o Orçamento e Grandes opções do Plano para 2016, num contexto de alguma incerteza resultante das eleições legislativas de 4 de Outubro e sem proposta de Orçamento de Estado que enquadre o Orçamento municipal nesta data.

Da mesma forma estão ainda por definir muitas das regras e financiamentos comunitários do actual quadro comunitário, que apoiarão o investimento municipal, sendo este mais um factor de incerteza.

No entanto continuamos a desenvolver o nosso trabalho, fieis aos objectivos de trabalhar para a sustentabilidade financeira do município, manter o investimento, tendo em conta as necessidades e os recursos previsíveis e aprofundar a melhoria dos serviços e a competência dos nossos colaboradores de forma a respondermos às expectativas dos nossos munícipes e aos novos desafios que temos pela frente.

Contamos com todos/as para construir o futuro do nosso concelho!

Município de Alfândega da Fé, 20 de outubro de 2015

A Presidente da Câmara,

Berta Ferreira Milheiro Nunes



Nota Introdutória

O Município

Legalmente definidos como autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia mediante órgãos representativos por ela eleitos, os municípios adquiriram ao longo do tempo uma grande importância histórica, política, económica, administrativa, financeira e jurídica, revelando-se de primordial importância no contexto das políticas públicas locais.

Atualmente os municípios possuem atribuições nas seguintes domínios (art.º 23.º da Lei n.º 75/133, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Energia;
- Transportes e comunicações;
- Educação;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos livres e desporto;
- Saúde;
- Ação social;
- Habitação;
- Proteção civil;
- Ambiente e saneamento básico;
- Defesa do consumidor;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e urbanismo; • Polícia municipal; e
- Cooperação externa.

A definição destas atribuições tem subjacente a concretização de um conjunto de princípios de onde se releva o princípio da subsidiariedade (art.º 4º), ou seja, a prossecução das funções de interesse local pelo nível mais próximo da população que, naturalmente, conhece melhor os seus problemas e necessidades, o qual sustenta a crescente transferência de atribuições e competências da Administração Central para os municípios. Nesse sentido, tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências, a lei prevê a existência de órgãos locais próprios: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

- **A Assembleia Municipal** constitui o órgão deliberativo do município, ou seja, o órgão que define as orientações do respetivo município. Entre outras, compete à Assembleia Municipal acompanhar a atividade da Câmara Municipal,



aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 25.º).

- **A Câmara Municipal** é o órgão de execução das políticas públicas decididas pela assembleia municipal. Entre outras funções e para além de executar as deliberações do órgão deliberativo, elabora e executa as opções do plano e o orçamento e é responsável pela elaboração e apresentação à Assembleia Municipal do relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 33.º).

Documentos Previsionais para o ano económico de 2016

A Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais, define um conjunto de princípios e regras no quadro da Constituição da República Portuguesa, da Lei, das regras de direito da União Europeia.

Conforme determina a norma supracitada, as autarquias locais estão sujeitas na aprovação dos seus orçamentos, a um conjunto de regras orçamentais, que em articulação com o Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, determinam o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento Municipal.

Institui o Regime Financeiro das Autarquias Locais que os orçamentos municipais incluem, para além dos elementos obrigatórios constantes no art.º 46º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, um relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes e o articulado das medidas para orientar a execução orçamental. Refere que a elaboração do orçamento é inserida num quadro plurianual de programação orçamental (QPPO) e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem, de base ao Orçamento de Estado.

Acresce que, nos termos do n.º3 do art.º 47º da LFL, os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes e deve ser atualizado anualmente.

Diz ainda o art.º 44º da referida Lei que o órgão executivo municipal apresenta ao órgão deliberativo uma proposta do QPPO que delimita, numa base móvel, os quatro exercícios seguintes.

O art.º47º da LFL determina que “os elementos constantes dos documentos referidos no art.º 44º são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”, ou seja, devia ter sido publicada até 3 de janeiro de 2014, o que não aconteceu.

Deste modo, dado que até ao presente momento não existe regulamentação quanto aos documentos a elaborar, nem em relação às suas regras, tornam-se inaplicáveis as normas constantes quer do art.º41.º quer do 44.º, entendimento este subscrito pela Circular n.º 108/2014/AG da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Mesmo assim, e perante estas dificuldades, o município de Alfândega da Fé, fará uma tentativa de apresentação do referido documento - «Quadro Plurianual de Programação orçamental».



À semelhança dos anos anteriores, a apresentação destes documentos previsionais ocorre numa conjuntura de crise financeira, económica e social que, desde 2010, afeta gravemente o país e as autarquias e que continuará certamente a repercutir-se nos próximos anos no orçamento municipal e, mais grave ainda, nos orçamentos das famílias, com o desemprego, a falta de poder de compra, a diminuição da qualidade de vida, a redução da taxa de natalidade e o conseqüente envelhecimento da população a assumirem contornos dramáticos.

O Plano de Atividades e o Orçamento Municipal, que aqui apresentamos, foram elaborados com a preocupação de responderem às dificuldades previsíveis das pessoas e, por isso, contaram com o contributo do município, tendo em conta o momento de grave crise económica e financeira nacional que também afeta os municípios.

Quanto à concretização de projetos e obras públicas, todos nós temos plena consciência de que o momento é de contenção da despesa municipal e tal concretização está fortemente condicionada pelos Fundos Comunitário “Portugal 2020” e “Norte 2020”, que neste momento ainda se encontram numa fase de indefinição. Não sabemos em concreto que projetos serão cofinanciados. Esta situação limita muito a elaboração do Plano de Atividades e do Orçamento do Município para 2016.

Em tempo de crise económica e de contenção orçamental, temos conseguido melhorar e equilibrar as contas do Município. Contudo, a situação financeira do Município continua a exigir dos autarcas a seleção criteriosa das obras prioritárias e com possibilidades de se concretizarem e de serem pagas dentro dos prazos exigidos pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Apresentação Geral do Orçamento

O Orçamento Municipal é um instrumento previsional de gestão do município, elaborado de acordo com as regras previsionais estabelecidas na legislação em vigor, designadamente o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) - Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, disposições constantes na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2016 atentos aos objetivos, rigor e contenção orçamental.

O presente Orçamento Municipal para 2016 foi elaborado nos termos do classificador económico das receitas e despesas públicas para todos os subsectores do setor público administrativo nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro e observou as regras impostas pelo POCAL, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e Lei das Finanças Locais.

A proposta de orçamento do Município de Alfândega da Fé, para o ano de 2016, teve em conta o contexto macroeconómico do país, bem como as prioridades do executivo e a adesão ao FAM. Nesse sentido preparou-se o Orçamento do Município de Alfândega da Fé para o ano 2016 com uma dotação global de **7.746.491,71 €**



1 – Visão, Valores e linhas estratégicas do Município

Visão do Município de Alfândega da Fé

- **SER UMA CÂMARA SUSTENTÁVEL, CENTRADA NO/NA MUNÍCIPE, VALORIZANDO A QUALIDADE, A SEGURANÇA, O AMBIENTE E A INOVAÇÃO NUM CONTEXTO DE INTERIORIDADE**

O Município de Alfândega da Fé estabelece os seguintes valores:

- RIGOR
- EFICIÊNCIA
- EQUIDADE
- TRANSPARÊNCIA
- RESPONSABILIDADE e COMPETÊNCIA
- INOVAÇÃO
- IGUALDADE de GÉNERO e IGUALDADE de OPORTUNIDADES
- RESPEITO PELO AMBIENTE E DIMINUIÇÃO DA PEGADA ECOLÓGICA

Os/as responsáveis pela governação do Município de Alfândega da Fé, no desempenho da sua missão, estabelecem uma **Política de Gestão Integrada** visando garantir:

- a) a prossecução do interesse público;
- b) o desenvolvimento sustentado do território municipal;
- c) a satisfação dos/as munícipes e a motivação dos/as colaboradores/as.

O Município de Alfândega da Fé segue as seguintes linhas estratégicas:

- **GESTÃO e POLÍTICA ECONÓMICA SUSTENTÁVEL**
A implementação de medidas necessárias para alcançar uma situação de equilíbrio financeiro, como uma condição do desenvolvimento sustentado.
- **RIGOR, TRÂNSPARÊNCIA e DIÁLOGO**
Serviços municipais que integram no seu funcionamento princípios orientadores: rigor, transparência e diálogo atento às necessidades concretas dos/as seus/suas munícipes.
- **DESENVOLVIMENTO LOCAL**
O contributo do município na promoção de oportunidades de desenvolvimento local sustentáveis fomentando o empreendedorismo.
- **POLÍTICAS SOCIAIS INTEGRADAS**
Justiça e equidade implementando políticas sociais integradas.
- **PATRIMÓNIO e CULTURA**
A preservação de uma cultura material e imaterial com o objetivo de fortalecer a identidade da comunidade tornando-a atrativa e diferenciada.
- **MODERNIZAÇÃO**
Desburocratização e simplificação dos procedimentos, utilizando as potencialidades das novas tecnologias.
- **APROXIMAÇÃO ao CIDADÃO**
Garantir a descentralização dos serviços, implementando políticas de proximidade.
- **As PESSOAS e a COMPETÊNCIA**
A valorização das pessoas e das suas capacidades como o fator que gera produtividade, motivação, participação na mudança e na modernidade.
- **A SEGURANÇA no TRABALHO**
Um compromisso de responsabilidade e respeito pela vida e saúde para todos os colaboradores do município.



- AMBIENTE e SUSTENTABILIDADE

Medidas de sustentabilidade através da educação, da proteção ambiental, da eficiência energética e da utilização de energias renováveis.

2 - Recursos humanos

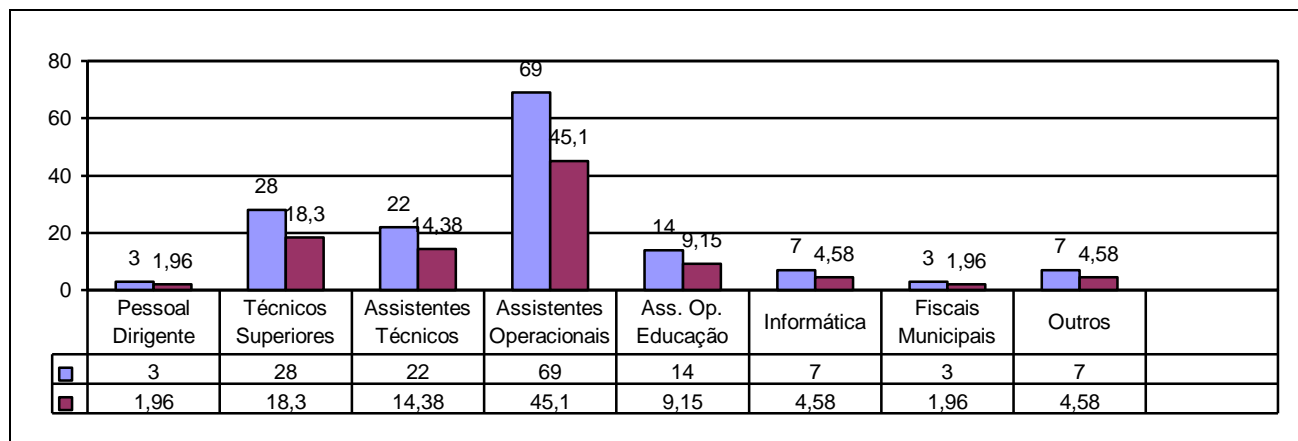
Os recursos humanos nas organizações têm uma função primordial dentro da sua estrutura, por isso, os organismos devem focar as suas atenções neste segmento interno da organização.

A distribuição dos recursos humanos por grupo profissional na autarquia é a seguinte:

| GRUPO PROFISSIONAL | Previsão de Nº de Colaboradores em 01/01/2016 | % |
|---------------------------------|---|------------|
| Pessoal Dirigente Intermédio | 3 | 1,96 |
| Técnicos Superiores | 28 | 18,30 |
| Assistentes Técnicos | 22 | 14,38 |
| Assistentes Operacionais | 69 | 45,10 |
| As Operacionais Afetos Educação | 14 | 9,15 |
| Informática | 7 | 4,58 |
| Fiscais Municipais | 3 | 1,96 |
| Outros | 7 | 4,58 |
| TOTAL | 153 | 100 |

Nota: Estão incluídos nos Outros 4 do GAP e 3 do Executivo.

Distribuição de Colaboradores por Grupo Profissional (%)



Uma análise sumária à estrutura da distribuição dos recursos humanos por grupo profissional permite evidenciar o elevado peso do pessoal Assistente Operacional, 45,1% do total. O pessoal com funções de técnico superior representa 18,3% do total, seguido dos Assistentes Técnicos com 14,38%.

Fruto de existir cada vez maior especificidade e especialização técnica das funções, da necessidade de melhorar a qualidade de produtos e serviços e da necessidade de aumentar a eficácia dos recursos, aos colaboradores e dirigentes



do Município de Alfândega da Fé são cada dia exigidas mais e melhores competências, seja no domínio das novas tecnologias, seja no das aptidões específicas. Tais competências conseguem-se com recurso à formação, pelo que esta continuará a desempenhar um papel estratégico no seio da organização. Aposta-se, cada vez mais, na política de formação do pessoal que garanta a sua adequação às funções e complexidade das tarefas a desempenhar.

Pessoal ao Serviço – evolução:

| | 31-12-2009 | 31-12-2010 | 31-12-2011 | 31-11-2012 | 31-12-2013 | 31-12-2014 | 30-09-2015 |
|---------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Pessoal ao Serviço | 164 | 160 | 158 | 150 | 158 | 136 | 149 |

Verifica-se um aumento de 13 colaboradores face a 31 de dezembro de 2014.

Originados pela Regularização/contratação de alguns colaboradores integrados nos concursos a decorrer.

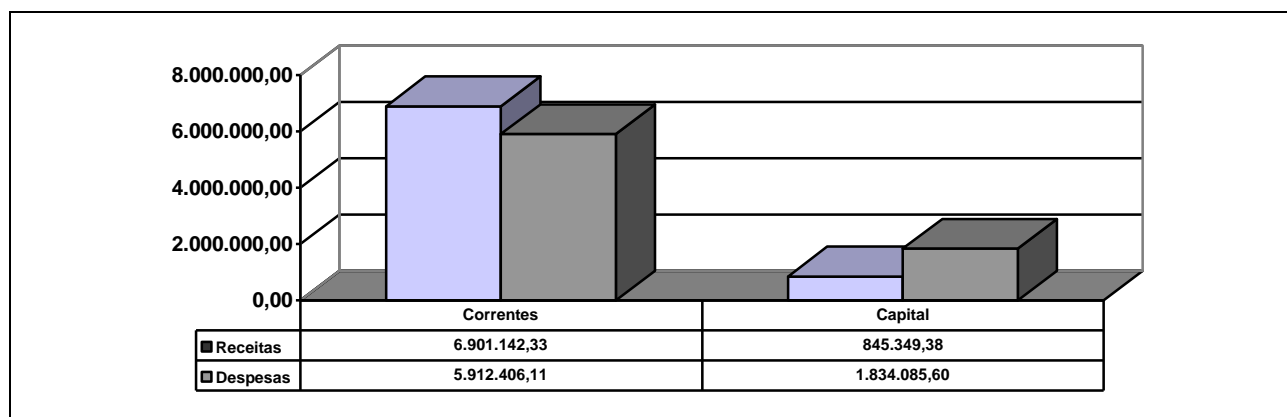
3 – Gestão Financeira

A estimativa de despesa e de receita para o próximo ano económico é apresentada no mapa seguinte, resumidos segundo os dois grandes agrupamentos da classificação económica: Despesa Corrente e Receita Corrente; Despesa de Capital e Receita de Capital.

Receitas e Despesas Previstas:

| | Correntes | Capital e Outras | Total |
|-----------------|--------------|------------------|--------------|
| Receitas | 6.901.142,33 | 845.349,38 | 7.746.491,71 |
| Despesas | 5.912.406,11 | 1.834.085,60 | 7.746.491,71 |

Graficamente:



Da observação do quadro e gráfico supra, resulta que a Receita Corrente e a Despesa Corrente previstas para 2016 ascende a 6.901.142,33 euros e 5.912.406,11 euros respetivamente, constatando-se um “diferencial” corrente de 988.736,22 euros.



Regras orçamentais - Equilíbrio orçamental (art nº 40 da Lei nº 73/2012, de 3/9)

Nos termos do artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3/9, para o “Equilíbrio orçamental”:

- 1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- 3-O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
- 4-Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações medias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

| Receita Corrente Prevista | Despesa Corrente Prevista | Amortização Media | Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental | Equilíbrio Orçamental | Varição |
|---------------------------|---------------------------|-------------------|---|-----------------------|-------------|
| 1 | 2 | 3 | (4)=(2)+(3) | (5)=(2)+(3) | (6)=(5)-(1) |
| 6.901.142,33 € | 5.912.406,11 € | 983.830,86 € | 6.896.236,97 € | 6.896.236,97 € | 4.905,36 € |

Como se pode verificar pelo quadro supra apresentado, na elaboração dos documentos previsionais para 2016, verifica-se o cumprimento do equilíbrio orçamental, imposto no artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3/9, com o superavit de 4.905,36 €

Resumo das Receitas e das Despesas:

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano é de 7.746.491,71 euros. A receita corrente atingirá um montante de 6.901.142,33 euros que suporta a despesa corrente de 5.912.406,11 euros, enquanto a receita de capital fica pelos 845.349,38 euros para uma despesa de capital de 1.834.085,60 euros.

| | | |
|----------|------------------------------------|---------------------------------------|
| ENTIDADE | RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS | APROVAÇÕES : |
| M.A.F. | | Executivo <input type="checkbox"/> |
| | | Deliberativo <input type="checkbox"/> |

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016

| RECEITAS | MONTANTE | % | DESPESAS | MONTANTE | % |
|---|---------------------|--------------|--------------------------------------|---------------------|--------------|
| RECEITAS CORRENTES | | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 01 IMPOSTOS DIRECTOS | 658.372,83 | 8.5 | 01 DESPESAS COM O PESSOAL | 2.879.673,34 | 37.2 |
| 02 IMPOSTOS INDIRECTOS | 10.392,23 | 0.1 | 02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 2.030.398,26 | 26.2 |
| 03 CONTRIBUIÇÕES PARA A S.SOCIAL E C.G.A. | | | 03 JUROS E OUTROS ENCARGOS | 397.874,47 | 5.1 |
| 04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 313.316,00 | 4.0 | 04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 589.725,04 | 7.6 |
| 05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 363.635,00 | 4.7 | 05 SUBSÍDIOS | 2.200,00 | 0.0 |
| 06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 5.279.087,27 | 68.1 | 06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 12.535,00 | 0.2 |
| 07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 275.119,00 | 3.6 | | | |
| 08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.220,00 | 0.0 | TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES | 5.912.406,11 | 76.3 |
| TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES | 6.901.142,33 | 89.1 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | 07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | 661.413,60 | 8.5 |
| 09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 1.560,00 | 0.0 | 08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 434.904,00 | 5.6 |
| 10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 843.599,38 | 10.9 | 09 ACTIVOS FINANCEIROS | 78.769,00 | 1.0 |
| 11 ACTIVOS FINANCEIROS | | | 10 PASSIVOS FINANCEIROS | 658.999,00 | 8.5 |
| 12 PASSIVOS FINANCEIROS | | | 11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL | 1.834.085,60 | 23.7 |
| TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL | 845.159,38 | 10.9 | TOTAL GERAL | 7.746.491,71 | 100.0 |
| OUTRAS RECEITAS | | | | | |
| 15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 190,00 | 0.0 | | | |
| TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS | 190,00 | 0.0 | | | |
| TOTAL GERAL | 7.746.491,71 | 100.0 | | | |



Critérios de avaliação das Receitas

No cálculo das receitas correntes, as importâncias relativas aos impostos, taxas e preços, foram calculadas segundo a média aritmética simples dos últimos 24 meses, conforme previsto, na alínea a) do ponto 3.3. das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com as alterações dadas pelos Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de setembro e Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

As restantes receitas correntes foram calculadas através do método da avaliação direta, partindo-se da verba prevista no orçamento para o ano anterior e das receitas efetivamente arrecadadas, tendo por certo que não se verificarão alterações significativas no seu comportamento.

Foram também tidas em contas as medidas implícitas no plano de Saneamento Financeiro, aprovado em Sessão de Assembleia Municipal e com Visto do Tribunal de Contas, bem como as medidas previstas no Plano de Reequilíbrio Financeiro e o PAEL. Na elaboração dos documentos previsionais para 2016 foram ainda tidas em a conta as propostas Apresentadas e aprovadas no "Programa de Ajustamento Municipal", que na data da elaboração deste relatório se encontra no Tribunal de Contas para obtenção de visto prévio.

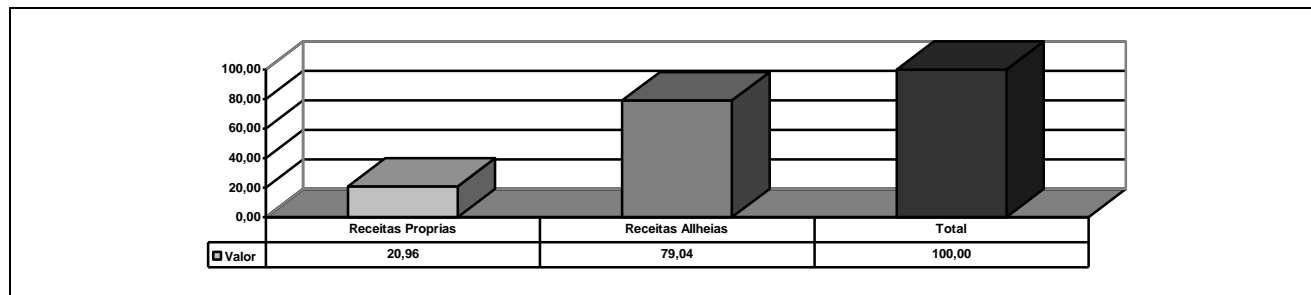
As importâncias relativas às **transferências correntes e de capital** foram consideradas no orçamento em conformidade com o princípio da "*efectiva atribuição ou aprovação*". Nestes termos, foram contabilizadas apenas as receitas provenientes dos fundos municipais previstos no "Programa de Ajustamento Municipal", visto que na presente data ainda não se encontra disponível a proposta de OE para 2016, bem como as de fundos comunitários e de outros financiamentos já aprovados ou contratualizados, designadamente através de Protocolos e Contratos-Programas celebrados com a Administração Central - alínea b) e c) do ponto 3.3.1 e 3.3.2 do POCAL.

Estrutura das Receitas:

| Designação | Valor | % |
|---|---------------------|--------------|
| Receitas Próprias | 1.623.805,06 | 20,96 |
| Impostos Locais (01+02) | 668.765,06 | |
| Outras Receitas Próprias Corrente (04+05+07+08+15) | 953.480,00 | |
| Venda de Bens de Investimento (09) | 1.560,00 | |
| Receitas Alheias | 6.122.686,65 | 79,04 |
| Transferências Correntes (06) | 5.279.087,27 | |
| Transferências de Capital (10) | 843.599,38 | |
| Passivos Financeiros (12) | 0 | |
| Total das Receitas | 7.746.491,71 | 100 |



Gráfico:



Como se pode verificar pelo gráfico apresentado, o município depende em 79,04 % de receitas alheias, prevendo-se como receitas próprias apenas 20,96 % do total do orçamento das receitas para 2016.

A rubrica de maior peso nas receitas é a das transferências correntes, as quais representam cerca de 68,14% da receita. Dentro destas destacamos as transferências dos Fundos Municipais, as quais estão espelhadas no quadro seguinte.

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 (PREVISÃO) |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Fundo de Equilíbrio Financeiro - Corrente | 3.388.409,00 | 3.564.295,00 | 3.254.638,00 | 3.087.433,00 | 4.114.628,00 | 4.493.473,00 | 4.697.191,00 | 4.885.078,64 |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro - Capital | 2.258.940,00 | 2.376.196,00 | 2.169.788,00 | 2.058.288,00 | 1.028.657,00 | 499.275,00 | 521.910,00 | 537.567,00 |
| Participação Fixa no IRS | 78.749,00 | 0 | 75.566,00 | 81.754,00 | 81.754,00 | 86.218,00 | 117.499,00 | 117.499,00 |
| Fundo Social Municipal | 85.632,00 | 85.093,00 | 77.702,00 | 73.709,00 | 73.720,00 | 73.720,00 | 107.515,00 | 107.515,00 |
| Total Geral | 5.811.730,00 | 6.025.584,00 | 5.577.694,00 | 5.301.184,00 | 5.298.759,00 | 5.152.686,00 | 5.336.600,00 | 5.647.659,64 |
| Variação | | | -447.890,00 | -724.400,00 | -726.825,00 | -872.898,00 | -688.984,00 | -377.924,36 |
| Total da Variação/cortes em comparação com o ano de 2010 | | | | | | | | -3.838.921,36 |

Como se pode verificar pelo quadro apresentado, os cortes nas transferências Estado para o Município, tem tido um grande impacto no funcionamento e nas receitas do mesmo, atingindo em 2016 um valor aproximado dos 4 milhões de euros. Todos estes constrangimentos, tem dificultado o equilíbrio das contas do município e dificultado ainda mais o trabalho e os investimentos que este pretende realizar, para bem servir os munícipes.

O actual executivo pretende, continuar a gerir com rigor e reduzir gradualmente a dívida da autarquia de forma sustentável sem deixar de investir.

**Critérios adoptados na projecção dos valores da despesa**

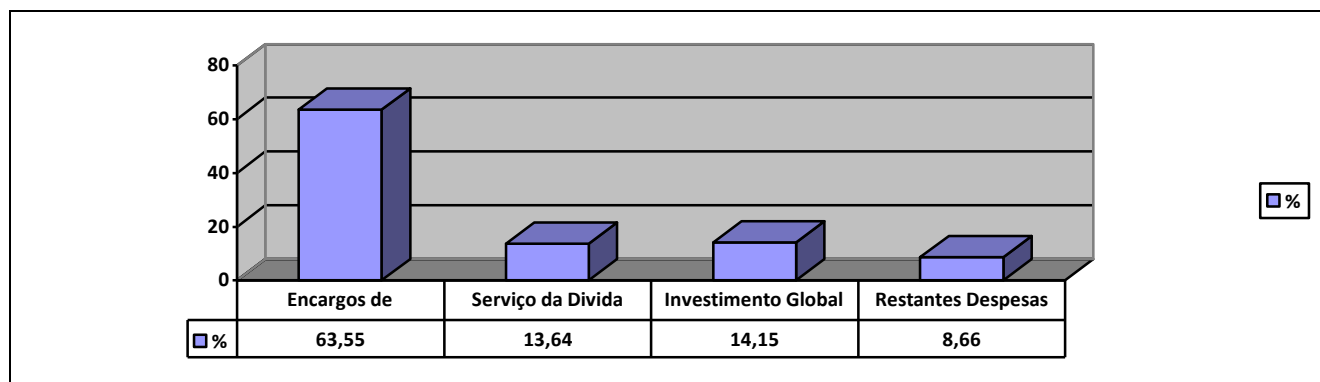
Na previsão da despesa para 2016, foram consideradas para o cálculo:

- a) Encargos de funcionamento:
 - Despesas com pessoal;
 - Aquisição de bens e serviços.
- b) Serviço da dívida:
 - Juros;
 - Amortizações.
- c) Investimento global:
 - Aquisição de bens de capital (PPI);
 - Transferências de capital
- d) Transferências correntes

A presente proposta de orçamento de despesas com pessoal vai de encontro aos mapas de pessoal elaborado para ano de 2016, os quais se anexam em respeito pelo disposto no n.º 2 do artigo 4º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Estrutura da Despesa:

| Designação | Valor | % |
|--------------------------------------|---------------------|--------------|
| Encargos de Funcionamento | 4.922.606,60 | 63,55 |
| Pessoal | 2.879.673,34 | |
| Aquisição de Bens e Serviços | 2.030.398,26 | |
| Outras Despesas Correntes | 12.535,00 | |
| Serviço da Dívida | 1.056.873,47 | 13,64 |
| Juros e Outros Encargos | 397.874,47 | |
| Passivos Financeiros | 658.999,00 | |
| Investimento Global | 1.096.317,60 | 14,15 |
| Aquisição de Bens de Capital | 661.413,60 | |
| Transferências de Capital | 434.904,00 | |
| Restantes Despesas | 670.694,04 | 8,66 |
| Transferências Correntes e subsídios | 591.925,04 | |
| Ativos Financeiros | 78.769,00 | |
| Total das Despesas | 7.746.491,71 | 100 |

**Gráfico:**

Como se pode verificar pelo quadro e gráfico anterior, as despesas de funcionamento representam 63,55 % do valor total do orçamento municipal.

Grandes Opções do Plano

Assumindo a manutenção dos princípios de contenção orçamental pretende-se mais uma vez que as grandes opções no que se refere a investimento sejam associadas a projectos objecto de financiamento comunitário. Se por um lado a vigência de um Quadro Comunitário de Apoio pode representar a única oportunidade de promover financiamento público, de outra forma pode também, em simultâneo, condicionar as opções da gestão autárquica, uma vez que investimentos públicos podem ser orientados não para as efectivas necessidades estratégicas ou das populações mas para o que determinam as diferentes linhas de financiamento.

Nesse sentido as grandes opções do plano irão direccionar-se para a gestão das grandes linhas de actuação municipal corrente: educação, acção social, salubridade urbana, serviços de água, saneamento e resíduos sólidos e apoio ao munícipe; e pelas intervenções objecto de financiamento comunitário.

Fundamental, é também, estabelecer prioridades que respondam ao planeamento estratégico determinado e que assentem em bases de sustentabilidade do ponto de vista do equilíbrio receita/despesa. Determinam-se assim linhas de acção que enquadrem os objectivos da gestão municipal traduzidos nas principais rubricas específicas do PPI e PAM.



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

Plano Plurianual de Investimento

O PPI inclui todos os projectos e acções a realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos pela Câmara Municipal e explicita a respectiva previsão de despesa, contemplando igualmente os ajustamentos resultantes das execuções anteriores.

Desenvolvendo o PPI com esta estrutura, obtivemos totais por objectivos que nos permitem ter uma visão sectorial do que a Câmara tenciona realizar no período, em cada um desses sectores.

O Plano de Investimentos totaliza **661.413,60 €**.

| ENTIDADE | TÍTULO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS | DATAÇÃO INICIAL DO ANO 2016 |
|------------------------------|---|-----------------------------|
| MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | | |

PÁGINA : 1

| OBJECTIVO | DESCRIÇÃO | REALIZADO | | DESPESAS (PREVISÃO) | | | | | | | TOTAL PREVISÃO | |
|-----------|--|--------------------------|--------------------------|------------------------------|-------------------|-------------|---------------|---------------------|------|--------|----------------|---------------------|
| | | PAGAM. ANT. 1-09-2015 | PAGAM. PROV. DE 09-09 | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEGUINTE | | | | | |
| | | | | TOTAL | DEPENDE | NÃO DEPENDE | 2017 | 2018 | 2019 | OUTROS | | |
| 1. | Despesas gerais | | | 165.003,60 | 165.003,60 | | | 372.352,94 | | | | 537.356,54 |
| 1.1. | Serviços gerais de administração pública | | | 159.003,60 | 159.003,60 | | | | | | | 159.003,60 |
| 1.1.1. | Administração geral | | | 159.003,60 | 159.003,60 | | | | | | | 159.003,60 |
| 1.2. | Segurança e ordem públicas | | | 6.000,00 | 6.000,00 | | | 372.352,94 | | | | 378.352,94 |
| 1.2.1. | Protecção civil e luta contra incêndios | | | 6.000,00 | 6.000,00 | | | 372.352,94 | | | | 378.352,94 |
| 2. | Despesas sociais | | | 362.010,00 | 362.010,00 | | | 640.000,00 | | | | 1.064.020,00 |
| 2.1. | Educação | | | 7.900,00 | 7.900,00 | | | | | | | 7.900,00 |
| 2.1.1. | Ensino não superior | | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | | 5.000,00 |
| 2.1.2. | Serviços auxiliares de ensino | | | 2.900,00 | 2.900,00 | | | | | | | 2.900,00 |
| 2.4. | Habituação e serviços colectivos | | | 333.100,00 | 333.100,00 | | | 600.000,00 | | | | 933.100,00 |
| 2.4.2. | Ordenamento do território | | | 140.100,00 | 140.100,00 | | | | | | | 140.100,00 |
| 2.4.3. | Saneamento | | | 30.000,00 | 30.000,00 | | | | | | | 30.000,00 |
| 2.4.4. | Abastecimento de água | | | 153.000,00 | 153.000,00 | | | 600.000,00 | | | | 753.000,00 |
| 2.4.6. | Protecção do meio ambiente e conservação da natureza | | | 10.000,00 | 10.000,00 | | | | | | | 10.000,00 |
| 2.5. | Serviços culturais, recreativos e religiosos | | | 21.010,00 | 21.010,00 | | | 40.000,00 | | | | 61.010,00 |
| 2.5.2. | Desporto, recreio e lazer | | | 1.000,00 | 1.000,00 | | | | | | | 1.000,00 |
| 2.5.3. | Outras actividades cívicas e religiosas | | | 20.010,00 | 20.010,00 | | | 40.000,00 | | | | 60.010,00 |
| 3. | Despesas económicas | | | 134.200,00 | 134.200,00 | | | 493.000,00 | | | | 627.200,00 |
| 3.1. | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | | | 4.200,00 | 4.200,00 | | | | | | | 4.200,00 |
| 3.2. | Indústria e energia | | | 31.000,00 | 31.000,00 | | | 493.000,00 | | | | 524.000,00 |
| 3.3. | Transportes e comunicações | | | 99.000,00 | 99.000,00 | | | | | | | 99.000,00 |
| 3.3.1. | Transportes rodoviários | | | 99.000,00 | 99.000,00 | | | | | | | 99.000,00 |
| 4. | Outras despesas | | | 200,00 | 200,00 | | | | | | | 200,00 |
| 4.3. | Itens não especificados | | | 200,00 | 200,00 | | | | | | | 200,00 |
| | TOTAL GERAL ... | | | 661.413,60 | 661.413,60 | | | 1.505.352,94 | | | | 2.166.766,54 |



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

Plano de Atividades Municipais

As PAM constituem um conjunto de actividades coordenadas, englobando um grupo de acções marcantes, de duração inferior a um ano, que regra geral se realizam e esgotam num exercício económico e que enquadrámos em despesas correntes e em despesas de capital, (na parte das transferências de capital - investimentos realizados por entidades diversas da Câmara).

O Plano de Atividades Municipais totaliza **2.474.053,82 €**.

| ENTIDADE | TÍTULO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL | INDICAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|------------------------------|--|---------------------------------|
| MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | | |

PÁGINA : 1

| OBJETIVO | DESCRIÇÃO | REALIZADO | | DESPESAS (PROVISÃO) | | | | | | | TOTAL PROVISÃO |
|------------------------|---|-------------------------|----------------------------|------------------------------|---------------------|--------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|---------------------|
| | | PAGAM. ANT 1-09-2015 | PAGAM. PREV DE 007-2015 | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEQUENTES | | | | |
| | | | | TOTAL | DEFINIDO | NÃO DEFINIDO | 2017 | 2018 | 2019 | OUTROS | |
| 1. | Funções gerais | | | 706.667,06 | 706.667,06 | | 58.669,00 | 58.669,00 | 58.669,00 | 117.339,10 | 1.000.013,16 |
| 1.1. | Serviços gerais de administração pública | | | 590.167,06 | 590.167,06 | | 58.669,00 | 58.669,00 | 58.669,00 | 117.339,10 | 863.513,16 |
| 1.1.1. | Administração geral | | | 590.167,06 | 590.167,06 | | 58.669,00 | 58.669,00 | 58.669,00 | 117.339,10 | 863.513,16 |
| 1.2. | Segurança e ordem públicas | | | 116.500,00 | 116.500,00 | | | | | | 116.500,00 |
| 1.2.1. | Proteção civil e luta contra incêndios | | | 116.500,00 | 116.500,00 | | | | | | 116.500,00 |
| 2. | Funções sociais | | | 1.392.070,00 | 1.392.070,00 | | 65.457,00 | | | | 1.417.527,00 |
| 2.1. | Educação | | | 228.600,00 | 228.600,00 | | | | | | 228.600,00 |
| 2.1.1. | Educação não superior | | | 228.600,00 | 228.600,00 | | | | | | 228.600,00 |
| 2.3. | Segurança e ação sociais | | | 45.000,00 | 45.000,00 | | | | | | 45.000,00 |
| 2.3.2. | Ação social | | | 45.000,00 | 45.000,00 | | | | | | 45.000,00 |
| 2.4. | Habituação e serviços colectivos | | | 840.035,00 | 840.035,00 | | 65.457,00 | | | | 905.492,00 |
| 2.4.1. | Habituação | | | 55.000,00 | 55.000,00 | | | | | | 55.000,00 |
| 2.4.2. | Ordenamento do território | | | 19.000,00 | 19.000,00 | | | | | | 19.000,00 |
| 2.4.3. | Saneamento | | | 196.000,00 | 196.000,00 | | | | | | 196.000,00 |
| 2.4.4. | Abastecimento de água | | | 269.500,00 | 269.500,00 | | | | | | 269.500,00 |
| 2.4.5. | Resíduos sólidos | | | 189.600,00 | 189.600,00 | | | | | | 189.600,00 |
| 2.4.6. | Proteção do meio ambiente e conservação da natureza | | | 110.935,00 | 110.935,00 | | 65.457,00 | | | | 176.392,00 |
| 2.5. | Serviços culturais, recreativos e religiosos | | | 238.435,00 | 238.435,00 | | | | | | 238.435,00 |
| 2.5.1. | Cultura | | | 146.435,00 | 146.435,00 | | | | | | 146.435,00 |
| 2.5.2. | Desporto, recreio e lazer | | | 62.000,00 | 62.000,00 | | | | | | 62.000,00 |
| 2.5.3. | Outras actividades cívicas e religiosas | | | 30.000,00 | 30.000,00 | | | | | | 30.000,00 |
| 3. | Funções económicas | | | 325.316,76 | 325.316,76 | | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 394.183,80 |
| 3.2. | Indústria e energia | | | 232.216,76 | 232.216,76 | | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 301.083,80 |
| 3.4. | Comércio e turismo | | | 93.000,00 | 93.000,00 | | | | | | 93.000,00 |
| 3.4.1. | Mercados e feiras | | | 88.000,00 | 88.000,00 | | | | | | 88.000,00 |
| 3.4.2. | Turismo | | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| 3.5. | Outras funções económicas | | | 100,00 | 100,00 | | | | | | 100,00 |
| 4. | Outras funções | | | 90.000,00 | 90.000,00 | | | | | | 90.000,00 |
| 4.3. | Operações não especificadas | | | 90.000,00 | 90.000,00 | | | | | | 90.000,00 |
| TOTAL GERAL ... | | | | 2.474.053,82 | 2.474.053,82 | | 141.342,76 | 75.885,76 | 75.885,76 | 134.555,86 | 2.901.723,86 |



Despesas com pessoal – Limite

A evolução das despesas com pessoal das autarquias locais encontra-se devidamente regulamentada, cujo acompanhamento é da responsabilidade da Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Tendo em conta as despesas com pessoal projectadas pela Câmara Municipal, os custos com pessoal previsíveis para 2016 cifram-se em 2.879.673,34 €.

Evolução das despesas com pessoal:

| | Final de 2010 | Final 2011 | Final 2012 | Final de 2013 | Final de 2014 | Previsão 2015 |
|-----------------------------|---------------|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Despesas com pessoal | 2.921.466,00 | 2.580.066,85 | 2.493.862,72 | 2.815.453,76 | 2.855.129,30 | 2.801.023,24 |

Limites das despesas com pessoal para o município

A Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, diploma que aprova o Orçamento do Estado para o ano 2015 (LOE/2015), preconiza no artigo 62.º, sob a epígrafe “Gestão de pessoal nos municípios em equilíbrio e nas restantes entidades da administração local” que os municípios e as restantes entidades da administração local, **não podem aumentar as despesas com pessoal**.

Calculo dos limites:

Despesas com Pessoal + Despesas com aquisição de serviços a pessoas singulares não podem ser superiores a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos exercícios 2012, 2013 e 2014

- Média da receita corrente líquida cobrada nos exercícios 2012, 2013 e 2014:

| | 2012 | 2013 | 2014 | Média dos 3 anos |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------------|
| Receita | 4.886.644,61 € | 6.637.795,52 € | 6.731.987,65 € | 6.085.475,93 € |

- Limites das despesas com pessoal para 2016:

| | Descrição | Valores |
|---------------------|--|---------------------|
| 1 | Despesas com pessoal (01) em 2016 | 2.879.673,34 € |
| 2 | Despesas com aquisição de serviços a pessoas singulares (02) em 2016 | |
| 3 | 35% da média da receita corrente líquida cobrada dos exercícios de 2012, 2013 e 2014 | 2.129.916,57 € |
| (4) = (3)-((1)+(2)) | Excesso de despesas com pessoal para 2016 | 749.756,77 € |



PASSIVOS FINANCEIROS

Empréstimos de Médio e Longo Prazo

O quadro infra traduz o montante de encargos previstos com empréstimos bancários que o Município possui, e evolução dos mesmos, de 2008 a 2016:

| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 (Previsão) | 2016 |
|----------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|
| Amortização Capital | 412.755,50 | 409.864,96 | 909.306,18 | 1.051.446,04 | 961.581,95 | 266.996,79 | 600.720,63 | 1.013.201,53 | 658.999,00 |
| Amortização Extraordinária | | | | | | 14.157.359,80 | | 11.086.587,41 | |
| Juros | 309.071,21 | 229.151,36 | 255.344,43 | 574.038,56 | 617.518,52 | 1.285.429,55 | 1.160.262,27 | 748.831,51 | 397.874,47 |
| Total | 721.826,71 | 639.016,32 | 1.164.650,61 | 1.625.484,60 | 1.579.100,47 | 15.709.786,14 | 1.760.982,90 | 12.848.620,45 | 1.056.873,47 |

Limites da dívida total da autarquia para o ano de 2015

Limite da dívida total para 2015 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos, artigo 52ª da Lei nº 73/2013.

| Municípios | Limite da dívida total | Dívida total | Valor em Excesso |
|------------|------------------------|---|------------------|
| | (RFAL) | Excluindo dívidas não Orçamentais e FAM | |
| | 1 | 2 | (3)=(2)-(1) |
| 01-01-2015 | 9.128.213,89 € | 20.610.729,54 € | 11.482.515,65 € |
| 30-09-2015 | 9.128.213,89 € | 19.951.065,70 € | 10.822.851,81 € |

Empréstimo de Curto Prazo:

Nos termos do art.º 50 da Lei nº 73/2013 de 3/9, os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

Sem prejuízo do disposto no nº 5 do artigo nº 49, da mesma lei, a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento.



Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - art.º 6 da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro:

Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo Órgão Deliberativo salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite 100.000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local.

Considerando que a alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º determina igual normativo para as entidades da Administração Central condicionando a assunção de compromissos plurianuais a decisão prévia conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela, salvo quando resultarem da execução de planos plurianuais legalmente aprovados.

Face aos considerandos enunciados propõe-se que, em face do exposto, e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citados, procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do Sector Público Administrativo, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé delibere (em reforço do consentimento legal previsto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho):

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:
 - a. Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
 - b. Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € (cem mil Euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.”
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.
4. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015.

**Proposta de Autorizações relativas à execução orçamental:**

- 1 – Autorização para a contração de empréstimo de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria;
- 2- Autorização para a Câmara assumir compromissos de que resultem encargos financeiros repartidos, por vários anos económicos, em conformidade com as opções do plano;
- 3 – A aprovação dos Orçamento e GOP's para 2016;
- 4 – A aprovação dos montantes totais das receitas e despesas por natureza económica.

Outras Propostas de Autorização:

- 1 – A aprovação da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - art.º 6 da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro;
- 2 - Aprovação das Normas de Execução do Orçamento para 2016.

**PARTE II****ANEXOS - Orçamento e Grandes Opções do Plano****Orçamento para 2016****Resumo do Orçamento****Resumo do orçamento por rubricas****Orçamento da Receita****Orçamento da Despesa****Grandes Opções do Plano 2015****Resumo das GOP's****Plano de Actividades Municipais - PAM****Plano Plurianual de investimentos - PPI****Quadro Plurianual de Programação orçamental****Mapa das Previsão dos Encargos com Empréstimos 2016**

CV



Resumo do Orçamento para 2016

RESUMO DO ORÇAMENTO

| |
|--|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ |
|--|

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016

| RECEITAS | MONTANTE | DESPESAS | MONTANTE |
|--------------------------|--------------|--------------------------|--------------|
| Correntes | 6.901.142,33 | Correntes | 5.912.406,11 |
| De capital | 845.349,38 | De capital | 1.834.085,60 |
| Total | 7.746.491,71 | Total | 7.746.491,71 |
| Serviços Municipalizados | | Serviços Municipalizados | |
| Total Geral | 7.746.491,71 | Total Geral | 7.746.491,71 |

| |
|----------------------------------|
| Em ___ de _____ de ____ _____ |
|----------------------------------|

| |
|----------------------------------|
| Em ___ de _____ de ____ _____ |
|----------------------------------|



Resumo do Orçamento para 2016 por rubricas

| | | |
|----------|------------------------------------|---|
| ENTIDADE | RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS | APROVAÇÕES : |
| M.A.F. | | Executivo ___/___/___ Deliberativo ___/___/___ |

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016

| RECEITAS | MONTANTE | % | DESPESAS | MONTANTE | % |
|---|--------------|-------|---------------------------------|--------------|-------|
| RECEITAS CORRENTES | | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 01 IMPOSTOS DIRECTOS | 658.372,83 | 8.5 | 01 DESPESAS COM O PESSOAL | 2.879.673,34 | 37.2 |
| 02 IMPOSTOS INDIRECTOS | 10.392,23 | 0.1 | 02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 2.030.398,26 | 26.2 |
| 03 CONTRIBUIÇÕES PARA A S.SOCIAL E C.G.A. | | | 03 JUROS E OUTROS ENCARGOS | 397.874,47 | 5.1 |
| 04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 313.316,00 | 4.0 | 04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 589.725,04 | 7.6 |
| 05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 363.635,00 | 4.7 | 05 SUBSÍDIOS | 2.200,00 | 0.0 |
| 06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 5.279.087,27 | 68.1 | 06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 12.535,00 | 0.2 |
| 07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 275.119,00 | 3.6 | | | |
| 08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.220,00 | 0.0 | TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES | 5.912.406,11 | 76.3 |
| TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES | 6.901.142,33 | 89.1 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | 07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | 661.413,60 | 8.5 |
| 09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 1.560,00 | 0.0 | 08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 434.904,00 | 5.6 |
| 10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 843.599,38 | 10.9 | 09 ACTIVOS FINANCEIROS | 78.769,00 | 1.0 |
| 11 ACTIVOS FINANCEIROS | | | 10 PASSIVOS FINANCEIROS | 658.999,00 | 8.5 |
| 12 PASSIVOS FINANCEIROS | | | 11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL | 1.834.085,60 | 23.7 |
| TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL | 845.159,38 | 10.9 | TOTAL GERAL | 7.746.491,71 | 100.0 |
| OUTRAS RECEITAS | | | | | |
| 15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 190,00 | 0.0 | | | |
| TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS | 190,00 | 0.0 | | | |
| TOTAL GERAL | 7.746.491,71 | 100.0 | | | |



Orçamento da Receita para 2016

| | | |
|--|----------------------|----------------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | ORÇAMENTO DA RECEITA | DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|--|----------------------|----------------------------------|

PÁGINA : 1

| CÓDIGOS | D E S I G N A Ç Ã O | M O N T A N T E |
|--------------------|---|---------------------|
| | R E C E I T A S C O R R E N T E S | 6.901.142,33 |
| 01 | IMPOSTOS DIRECTOS | 658.372,83 |
| 01.02 | OUTROS | 658.372,83 |
| 01.02.02 | IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS | 472.152,20 |
| 01.02.03 | IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO | 82.773,86 |
| 01.02.04 | IMP. M. S/ AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMOVEIS | 54.799,20 |
| 01.02.05 | DERRAMA | 48.647,57 |
| 02 | IMPOSTOS INDIRECTOS | 10.392,23 |
| 02.02 | OUTROS | 10.392,23 |
| 02.02.06 | IMPOSTOS IND. ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 10.392,23 |
| 02.02.06.01 | MERCADOS E FEIRAS | 20,00 |
| 02.02.06.02 | LOTEAMENTO E OBRAS | 8.785,23 |
| 02.02.06.03 | OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA | 1.427,00 |
| 02.02.06.05 | PUBLICIDADE | 30,00 |
| 02.02.06.06 | SANEAMENTO | 50,00 |
| 02.02.06.07 | UTILIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL | 80,00 |
| 04 | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 313.316,00 |
| 04.01 | TAXAS | 291.229,00 |
| 04.01.23 | TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 291.229,00 |
| 04.01.23.01 | MERCADOS E FEIRAS | 15.556,00 |
| 04.01.23.02 | LOTEAMENTO OBRAS | 11.256,00 |
| 04.01.23.03 | OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA | 252,00 |
| 04.01.23.05 | CAÇA, USO E PORTE DE ARMA | 150,00 |
| 04.01.23.06 | SANEAMENTO | 210,00 |
| 04.01.23.99 | OUTROS | 263.805,00 |
| 04.01.23.99.01 | OUTROS | 156,00 |
| 04.01.23.99.02 | OUTROS - TAXA ESPECIFICAS DAS AUTARQUIAS | 261.119,00 |
| 04.01.23.99.99 | OUTROS - OUTROS | 2.530,00 |
| 04.02 | MULTAS E OUTRAS PENALIDADES: | 22.087,00 |
| 04.02.01 | JUROS DE MORA | 1.521,00 |
| 04.02.02 | JUROS COMPENSATÓRIOS | 1.160,00 |
| 04.02.04 | COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES | 1.150,00 |
| 04.02.99 | MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS | 18.256,00 |
| 05 | RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 363.635,00 |
| 05.01 | JUROS - SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEI | 1.000,00 |
| 05.01.01 | PÚBLICAS | 1.000,00 |
| 05.02 | JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS | 1.325,00 |
| 05.02.01 | BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 1.325,00 |
| 05.07 | DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADE | 1.000,00 |
| 05.07.02 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | 1.000,00 |
| 05.10 | RENDAS | 360.310,00 |
| 05.10.04 | EDIFÍCIOS | 1.000,00 |
| 05.10.99 | OUTROS | 359.310,00 |
| 05.10.99.01 | OUTROS - EN(ELECTRICIDADE DO NORTE SA) | 265.145,00 |
| 05.10.99.02 | OUTRAS - AGUAS DE TRAS-OS-MONTES E ALTO DOURO | 940,00 |
| 05.10.99.03 | OUTRAS-PARQUE EOLICO | 88.125,00 |
| 05.10.99.06 | OUTRAS-CONCESSÃO DE TERRENOS DIVERSOS | 5.100,00 |
| 06 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 5.279.087,27 |
| 06.03 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 5.262.477,27 |
| 06.03.01 | ESTADO | 5.192.090,64 |
| 06.03.01.01 | FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO | 4.885.078,64 |
| 06.03.01.02 | FUNDO SOCIAL MUNICIPAL | 107.515,00 |
| 06.03.01.03 | PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS | 117.499,00 |
| 06.03.01.99 | OUTROS | 81.998,00 |
| 06.03.07 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 70.386,63 |
| 06.03.07.01 | INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 70.386,63 |
| 06.07 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 100,00 |
| 06.07.01 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | 100,00 |
| 06.08 | FAMÍLIAS | 10,00 |

| | | |
|--|----------------------|----------------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | ORÇAMENTO DA RECEITA | DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|--|----------------------|----------------------------------|

PÁGINA : 2

| CÓDIGOS | D E S I G N A Ç Ã O | M O N T A N T E |
|-----------------|--|-------------------|
| 06.08.01 | FAMÍLIAS | 10,00 |
| 06.09 | RESTO DO MUNDO | 16.500,00 |
| 06.09.01 | UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES | 16.500,00 |
| 06.09.01.02 | IFADAP | 16.500,00 |
| 07 | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 275.119,00 |
| 07.01 | VENDA DE BENS | 199.365,00 |
| 07.01.01 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | 10,00 |
| 07.01.02 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | 10,00 |
| 07.01.03 | PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS | 10,00 |
| 07.01.04 | FARDAMENTOS E ARTIGOS E PESSOAS | 10,00 |
| 07.01.05 | BENS INUTILIZADOS | 10,00 |
| 07.01.07 | PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS | 10,00 |
| 07.01.08 | MERCADORIAS | 199.275,00 |
| 07.01.08.01 | ÁGUA | 199.265,00 |
| 07.01.08.99 | OUTRAS | 10,00 |
| 07.01.09 | MATÉRIAS DE CONSUMO | 10,00 |
| 07.01.10 | DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS | 10,00 |
| 07.01.11 | PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS | 10,00 |
| 07.02 | SERVIÇOS | 72.254,00 |
| 07.02.01 | ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS | 10,00 |
| 07.02.03 | VISTORIAS E ENSAIOS | 10,00 |
| 07.02.08 | SERVIÇOS SOCIAIS,RECREATIVOS,CULTURAIS E DESPORTO | 40,00 |
| 07.02.08.01 | SERVIÇOS SOCIAIS | 10,00 |
| 07.02.08.02 | SERVIÇOS RECREATIVOS | 10,00 |
| 07.02.08.03 | SERVIÇOS CULTURAIS | 10,00 |
| 07.02.08.04 | SERVIÇOS DESPORTIVOS | 10,00 |
| 07.02.09 | SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS | 72.194,00 |
| 07.02.09.01 | SANEAMENTO | 10,00 |
| 07.02.09.02 | RESÍDUOS SÓLIDOS | 72.154,00 |
| 07.02.09.03 | TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS | 10,00 |
| 07.02.09.05 | CEMITÉRIOS | 10,00 |
| 07.02.09.99 | OUTROS | 10,00 |
| 07.03 | RENDAS | 3.500,00 |
| 07.03.01 | HABITAÇÕES | 1.700,00 |
| 07.03.02 | EDIFÍCIOS | 1.800,00 |
| 08 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.220,00 |
| 08.01 | OUTRAS | 1.220,00 |
| 08.01.99 | OUTRAS | 1.220,00 |
| 08.01.99.03 | IVA REEMBOLSADO | 10,00 |
| 08.01.99.05 | FUNDO AMBIENTAL DA EDP- correntes | 10,00 |
| 08.01.99.99 | DIVERSAS | 1.200,00 |
| | R E C E I T A S D E C A P I T A L | 845.159,38 |
| 09 | VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 1.560,00 |
| 09.01 | TERRENOS | 510,00 |
| 09.01.01 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | 10,00 |
| 09.01.10 | FAMÍLIAS | 500,00 |
| 09.02 | HABITAÇÕES | 1.000,00 |
| 09.02.10 | FAMÍLIAS | 1.000,00 |
| 09.03 | EDIFÍCIOS | 20,00 |
| 09.03.01 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA | 10,00 |
| 09.03.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 10,00 |
| 09.04 | OUTROS BENS DE INVESTIMENTO | 30,00 |
| 09.04.06 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-ADMNISTRAÇÃO LOCAL-CONTINENTE | 30,00 |
| 09.04.06.01 | EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE | 10,00 |
| 09.04.06.02 | MAQUINARIA E EQUIPAMENTO | 10,00 |
| 09.04.06.03 | OUTROS | 10,00 |
| 10 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 843.599,38 |
| 10.03 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 843.599,38 |
| 10.03.01 | ESTADO | 537.677,30 |

| | | |
|--|----------------------|----------------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | ORÇAMENTO DA RECEITA | DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|--|----------------------|----------------------------------|

PÁGINA : 3

| CÓDIGOS | D E S I G N A Ç Ã O | M O N T A N T E |
|--------------------|---|-------------------|
| 10.03.01.01 | FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO | 537.567,30 |
| 10.03.01.04 | COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA | 10,00 |
| 10.03.01.04.99 | OUTROS | 10,00 |
| 10.03.01.99 | OUTROS | 100,00 |
| 10.03.01.99.12 | OUTROS_FUNDO DE EMERGENCIA MUNICIPAL | 100,00 |
| 10.03.07 | ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS | 305.922,08 |
| 10.03.07.02 | FEDER | 305.922,08 |
| | O U T R A S R E C E I T A S | 190,00 |
| 15 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 190,00 |
| 15.01 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 190,00 |
| 15.01.01 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 190,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS | | 7.746.491,71 |

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____



Orçamento da Despesa para 2016

| | | |
|--|--|----------------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) | DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|--|--|----------------------------------|

PÁGINA : 1

| C L A S S I F I C A Ç Õ E S | | M O N T A N T E | |
|-----------------------------|---|-----------------|--------------|
| ORGÂNICA | ECONÓMICA | ORGÂNICA | ECONÓMICA |
| 01 | | 7.746.491,71 | |
| 01.01 | | 13.000,00 | |
| | ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL | | |
| | ASSEMBLEIA MUNICIPAL | | |
| | D E S P E S A S C O R R E N T E S | | 13.000,00 |
| 01 | DESPEAS COM O PESSOAL | | 12.500,00 |
| 01.02 | ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | | 12.500,00 |
| 01.02.04 | AJUDAS DE CUSTO | | 500,00 |
| 01.02.13 | OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS | | 12.000,00 |
| 01.02.13.02 | OUTROS | | 12.000,00 |
| 02 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | | 500,00 |
| 02.01 | AQUISIÇÃO DE BENS | | 500,00 |
| 02.01.21 | OUTROS BENS | | 500,00 |
| 01.02 | CÂMARA MUNICIPAL | 6.680.681,24 | |
| | D E S P E S A S C O R R E N T E S | | 5.505.594,64 |
| 01 | DESPEAS COM O PESSOAL | | 2.867.173,34 |
| 01.01 | REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES | | 2.137.139,49 |
| 01.01.01 | TIT.DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃO AUT. | | 104.695,27 |
| 01.01.03 | PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA | | 1.040.708,79 |
| 01.01.03.01 | PESSOAL EM FUNÇÕES | | 1.040.708,79 |
| 01.01.04 | PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO | | 294.245,39 |
| 01.01.04.01 | PESSOAL EM FUNÇÕES | | 294.245,39 |
| 01.01.06 | PESSOAL CONTRATADO A TERMO | | 152.404,80 |
| 01.01.06.01 | PESSOAL EM FUNÇÕES | | 152.394,80 |
| 01.01.06.04 | RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO | | 10,00 |
| 01.01.09 | PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO | | 97.278,43 |
| 01.01.10 | GRATIFICAÇÕES | | 20.961,83 |
| 01.01.11 | REPRESENTAÇÃO | | 34.442,94 |
| 01.01.13 | SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO | | 137.100,28 |
| 01.01.14 | SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL | | 255.301,76 |
| 01.02 | ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | | 96.648,82 |
| 01.02.01 | GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS | | 100,00 |
| 01.02.02 | HORAS EXTRAORDINÁRIAS | | 19.500,00 |
| 01.02.03 | ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO | | 10,00 |
| 01.02.04 | AJUDAS DE CUSTO | | 15.500,00 |
| 01.02.05 | ABONO PARA FALHAS | | 5.141,92 |
| 01.02.06 | FORMAÇÃO | | 1.500,00 |
| 01.02.11 | SUBSÍDIO DE TURNO | | 4.896,90 |
| 01.02.12 | INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES | | 50.000,00 |
| 01.03 | SEGURANÇA SOCIAL | | 633.385,03 |
| 01.03.01 | ENCARGOS COM A SAÚDE | | 104.911,90 |
| 01.03.02 | OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE | | 100,00 |
| 01.03.03 | SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS | | 26.633,00 |
| 01.03.05 | CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL | | 465.656,13 |
| 01.03.05.02 | SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PUBLICAS (RCTFP) | | 465.656,13 |
| 01.03.05.02.01 | CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES | | 302.701,08 |
| 01.03.05.02.02 | SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL | | 162.955,05 |
| 01.03.08 | OUTRAS PENSÕES | | 5.000,00 |
| 01.03.09 | SEGUROS | | 31.084,00 |
| 01.03.09.01 | SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS | | 31.084,00 |
| 02 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | | 2.029.898,26 |
| 02.01 | AQUISIÇÃO DE BENS | | 529.726,05 |
| 02.01.01 | MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS | | 60.000,00 |
| 02.01.02 | COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES | | 84.600,00 |
| 02.01.02.01 | GASOLINA | | 10.000,00 |
| 02.01.02.02 | GASÓLEO | | 69.000,00 |

| C L A S S I F I C A Ç Õ E S | | | M O N T A N T E | |
|-----------------------------|-----------------|--|-----------------|---------------------|
| CÓDIGOS | | D E S I G N A Ç ã O | ORGÂNICA | ECONÓMICA |
| ORGÂNICA | ECONÓMICA | | | |
| | 02.01.02.99 | OUTROS | | 5.600,00 |
| | 02.01.04 | LIMPEZA E HIGIENE | | 3.081,32 |
| | 02.01.05 | ALIMENTAÇÃO-REFEIÇÕES CONFECCIONADAS | | 50.163,54 |
| | 02.01.06 | ALIMENTAÇÃO-GÊNEROS PARA CONFECCIONAR | | 6.500,00 |
| | 02.01.07 | VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS | | 2.178,74 |
| | 02.01.08 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | | 3.570,00 |
| | 02.01.09 | PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS | | 10,00 |
| | 02.01.10 | PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS | | 50,00 |
| | 02.01.11 | MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO | | 20,00 |
| | 02.01.12 | MATERIAL DE TRANSPORTE-PEÇAS | | 14.097,45 |
| | 02.01.14 | OUTRO MATERIAL-PEÇAS | | 5.000,00 |
| | 02.01.15 | PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS | | 7.022,39 |
| | 02.01.16 | MERCADORIAS PARA VENDA | | 253.000,00 |
| | 02.01.16.01 | ÁGUA | | 253.000,00 |
| | 02.01.17 | FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS | | 5.562,61 |
| | 02.01.18 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | | 275,00 |
| | 02.01.19 | ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO | | 500,00 |
| | 02.01.20 | MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO | | 14.500,00 |
| | 02.01.21 | OUTROS BENS | | 19.595,00 |
| | 02.02 | AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS | | 1.500.172,21 |
| | 02.02.01 | ENCARGOS DE INSTALAÇÕES | | 206.919,77 |
| | 02.02.02 | LIMPEZA E HIGIENE | | 500,00 |
| | 02.02.03 | CONSERVAÇÃO DE BENS | | 40.170,34 |
| | 02.02.08 | LOCAÇÃO DE OUTROS BENS | | 17.216,76 |
| | 02.02.09 | COMUNICAÇÕES | | 34.628,72 |
| | 02.02.10 | TRANSPORTES | | 166.000,00 |
| | 02.02.11 | REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS | | 4.456,38 |
| | 02.02.12 | SEGUROS | | 17.241,68 |
| | 02.02.13 | DESLOCAÇÕES E ESTADAS | | 4.639,03 |
| | 02.02.15 | FORMAÇÃO | | 2.355,00 |
| | 02.02.16 | SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES | | 1.500,00 |
| | 02.02.17 | PUBLICIDADE | | 16.500,00 |
| | 02.02.18 | VIGILÂNCIA E SEGURANÇA | | 478,00 |
| | 02.02.19 | ASSISTÊNCIA TÉCNICA | | 46.058,00 |
| | 02.02.20 | OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS | | 517.802,53 |
| | 02.02.22 | SERVIÇOS DE SAÚDE | | 1.000,00 |
| | 02.02.24 | ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS | | 19.680,00 |
| | 02.02.25 | OUTROS SERVIÇOS | | 403.026,00 |
| | 03 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | | 4.063,00 |
| | 03.02 | OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA | | 4.063,00 |
| | 03.02.01 | DESPESAS DIVERSAS | | 4.063,00 |
| | 04 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | 589.725,04 |
| | 04.01 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS | | 30.000,00 |
| | 04.01.01 | PÚBLICAS | | 30.000,00 |
| | 04.01.01.01 | EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS | | 30.000,00 |
| | 04.05 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | 180.227,72 |
| | 04.05.01 | CONTINENTE | | 180.227,72 |
| | 04.05.01.02 | FREGUESIAS | | 65.000,00 |
| | 04.05.01.04 | ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS | | 115.227,72 |
| | 04.07 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | 192.100,00 |
| | 04.07.01 | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS | | 192.100,00 |
| | 04.08 | FAMÍLIAS | | 187.397,32 |
| | 04.08.02 | OUTRAS | | 187.397,32 |
| | 05 | SUBSÍDIOS | | 2.200,00 |
| | 05.08 | FAMÍLIAS | | 2.200,00 |
| | 05.08.03 | OUTRAS | | 2.200,00 |
| | 06 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | 12.535,00 |
| | 06.02 | DIVERSAS | | 12.535,00 |
| | 06.02.03 | OUTRAS | | 12.535,00 |
| | 06.02.03.01 | RESTITUIÇÕES | | 1.000,00 |
| | 06.02.03.02 | IVA PAGO | | 1.000,00 |
| | 06.02.03.04 | SERVIÇOS BANCÁRIOS | | 1.000,00 |
| | 06.02.03.05 | DIVERSAS - OUTRAS | | 9.535,00 |

| C L A S S I F I C A Ç Õ E S | | M O N T A N T E | |
|-----------------------------|-----------------|-----------------|--|
| ORGÂNICA | ECONÓMICA | ORGÂNICA | ECONÓMICA |
| | | | D E S P E S A S D E C A P I T A L |
| | 07 | | AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL |
| | 07.01 | | INVESTIMENTOS |
| | 07.01.01 | | TERRENOS |
| | 07.01.03 | | EDIFÍCIOS |
| | 07.01.03.01 | | INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS |
| | 07.01.03.02 | | INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS |
| | 07.01.03.05 | | ESCOLAS |
| | 07.01.03.07 | | OUTROS |
| | 07.01.04 | | CONSTRUÇÕES DIVERSAS |
| | 07.01.04.01 | | VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES |
| | 07.01.04.02 | | SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS |
| | 07.01.04.04 | | ILUMINAÇÃO PÚBLICA |
| | 07.01.04.05 | | PARQUES E JARDINS |
| | 07.01.04.07 | | CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA |
| | 07.01.04.08 | | VIAÇÃO RURAL |
| | 07.01.04.09 | | SINALIZAÇÃO E TRANSITO |
| | 07.01.04.11 | | INFRAESTRUTURAS PARA TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS |
| | 07.01.04.12 | | CEMITÉRIOS |
| | 07.01.04.13 | | OUTROS |
| | 07.01.06 | | MATERIAL DE TRANSPORTES |
| | 07.01.06.01 | | AQUISIÇÃO |
| | 07.01.06.02 | | REPARAÇÃO |
| | 07.01.07 | | EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA |
| | 07.01.08 | | SOFTWARE INFORMÁTICO |
| | 07.01.09 | | EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO |
| | 07.01.10 | | EQUIPAMENTO BÁSICO |
| | 07.01.10.02 | | OUTROS |
| | 07.01.11 | | FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS |
| | 07.01.13 | | INVESTIMENTOS INCORPÓREOS |
| | 07.01.15 | | OUTROS INVESTIMENTOS |
| | 08 | | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL |
| | 08.05 | | ADMINISTRAÇÃO LOCAL |
| | 08.05.01 | | CONTINENTE |
| | 08.05.01.02 | | FREGUESIAS |
| | 08.05.01.04 | | ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS |
| | 08.07 | | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS |
| | 08.07.01 | | INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS |
| | 08.08 | | FAMÍLIAS |
| | 08.08.02 | | OUTRAS |
| | 09 | | ACTIVOS FINANCEIROS |
| | 09.01 | | DEPÓSITOS, CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS E POUPANÇA |
| | 09.01.05 | | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO |
| | 09.07 | | ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES |
| | 09.07.01 | | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRI OPERAÇÕES FINANCEIRAS |
| 01.03 | | 1.052.810,47 | |
| | | | D E S P E S A S C O R R E N T E S |
| | 03 | | JUROS E OUTROS ENCARGOS |
| | 03.01 | | JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA |
| | 03.01.03 | | SOCIEDADES FINANCEIRAS-BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES |
| | 03.01.03.02 | | EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO |
| | 03.06 | | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS |
| | 03.06.01 | | OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS |
| | | | D E S P E S A S D E C A P I T A L |
| | 10 | | PASSIVOS FINANCEIROS |
| | 10.06 | | EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS |
| | 10.06.03 | | SOCIEDADES FINANCEIRAS-BANCOS OUTRAS INSTITUIÇÕES |
| TOTAL GERAL DAS DESPESAS | | | 7.746.491,71 |

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____



Resumo das GOP's para 2016

| | | |
|--|---|----------------------------------|
| ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | RESUMO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS | DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|--|---|----------------------------------|

PÁGINA : 1

| OBJECTIVO | DESCRIÇÃO | REALIZADO | | DESPESAS (PREVISÃO) | | | | | | TOTAL PREVISTO | |
|-----------|--|--------------------------|---------------------------|------------------------------|-------------------|--------------|-------------------|------|------|-------------------|---------------------|
| | | PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015 | PAGAM. PREV DE OUT-DEZ | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEGUINTE | | | | |
| | | | | TOTAL | DEFINIDO | NÃO DEFINIDO | 2017 | 2018 | 2019 | | OUTROS |
| 1. | Funções gerais | | | 165.003,60 | 165.003,60 | | 372.352,94 | | | | 537.356,54 |
| 1.1. | Serviços gerais de administração pública | | | 159.003,60 | 159.003,60 | | | | | | 159.003,60 |
| 1.1.1. | Administracao geral | | | 159.003,60 | 159.003,60 | | | | | | 159.003,60 |
| 1.2. | Segurança e ordem públicas | | | 6.000,00 | 6.000,00 | | 372.352,94 | | | | 378.352,94 |
| 1.2.1. | Protecção civil e luta contra incêndios | | | 6.000,00 | 6.000,00 | | 372.352,94 | | | | 378.352,94 |
| 2. | Funções sociais | | | 362.010,00 | 362.010,00 | | 640.000,00 | | | | 1.002.010,00 |
| 2.1. | Educação | | | 7.900,00 | 7.900,00 | | | | | | 7.900,00 |
| 2.1.1. | Ensino não superior | | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| 2.1.2. | Serviços auxiliares de ensino | | | 2.900,00 | 2.900,00 | | | | | | 2.900,00 |
| 2.4. | Habitacão e servicos colectivos | | | 333.100,00 | 333.100,00 | | 600.000,00 | | | | 933.100,00 |
| 2.4.2. | Ordenamento do território | | | 140.100,00 | 140.100,00 | | | | | | 140.100,00 |
| 2.4.3. | Saneamento | | | 30.000,00 | 30.000,00 | | | | | | 30.000,00 |
| 2.4.4. | Abastecimento de água | | | 153.000,00 | 153.000,00 | | 600.000,00 | | | | 753.000,00 |
| 2.4.6. | Protecção do meio ambiente e conservacão da natureza | | | 10.000,00 | 10.000,00 | | | | | | 10.000,00 |
| 2.5. | Serviços culturais, recreativos e religiosos | | | 21.010,00 | 21.010,00 | | 40.000,00 | | | | 61.010,00 |
| 2.5.2. | Desporto, recreio e lazer | | | 1.000,00 | 1.000,00 | | | | | | 1.000,00 |
| 2.5.3. | Outras actividades cívicas e religiosas | | | 20.010,00 | 20.010,00 | | 40.000,00 | | | | 60.010,00 |
| 3. | Funções económicas | | | 134.200,00 | 134.200,00 | | 493.000,00 | | | | 627.200,00 |
| 3.1. | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca | | | 4.200,00 | 4.200,00 | | | | | | 4.200,00 |
| 3.2. | Indústria e energia | | | 31.000,00 | 31.000,00 | | 493.000,00 | | | | 524.000,00 |
| 3.3. | Transportes e comunicações | | | 99.000,00 | 99.000,00 | | | | | | 99.000,00 |
| 3.3.1. | Transportes rodoviários | | | 99.000,00 | 99.000,00 | | | | | | 99.000,00 |
| 4. | Outras funções | | | 200,00 | 200,00 | | | | | | 200,00 |
| 4.3. | Diversas não especificadas | | | 200,00 | 200,00 | | | | | | 200,00 |
| | TOTAL GERAL ... | | | 661.413,60 | 661.413,60 | | 1.505.352,94 | | | | 2.166.766,54 |

| | | |
|--|---|----------------------------------|
| ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | RESUMO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL | DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|--|---|----------------------------------|

PÁGINA : 1

| OBJECTIVO | DESCRIÇÃO | REALIZADO | | DESPESAS (PREVISÃO) | | | | | | | TOTAL PREVISTO |
|-----------------|--|--------------------------|---------------------------|------------------------------|---------------------|--------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|---------------------|
| | | PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015 | PAGAM. PREV DE OUT-DEZ | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEGUINTE | | | | |
| | | | | TOTAL | DEFINIDO | NÃO DEFINIDO | 2017 | 2018 | 2019 | OUTROS | |
| 1. | Funções gerais | | | 706.667,06 | 706.667,06 | | 58.669,00 | 58.669,00 | 58.669,00 | 117.339,10 | 1.000.013,16 |
| 1.1. | Serviços gerais de administração pública | | | 590.167,06 | 590.167,06 | | 58.669,00 | 58.669,00 | 58.669,00 | 117.339,10 | 883.513,16 |
| 1.1.1. | Administração geral | | | 590.167,06 | 590.167,06 | | 58.669,00 | 58.669,00 | 58.669,00 | 117.339,10 | 883.513,16 |
| 1.2. | Segurança e ordem públicas | | | 116.500,00 | 116.500,00 | | | | | | 116.500,00 |
| 1.2.1. | Protecção civil e luta contra incêndios | | | 116.500,00 | 116.500,00 | | | | | | 116.500,00 |
| 2. | Funções sociais | | | 1.352.070,00 | 1.352.070,00 | | 65.457,00 | | | | 1.417.527,00 |
| 2.1. | Educação | | | 228.600,00 | 228.600,00 | | | | | | 228.600,00 |
| 2.1.1. | Ensino não superior | | | 228.600,00 | 228.600,00 | | | | | | 228.600,00 |
| 2.3. | Segurança e acção sociais | | | 45.000,00 | 45.000,00 | | | | | | 45.000,00 |
| 2.3.2. | Acção social | | | 45.000,00 | 45.000,00 | | | | | | 45.000,00 |
| 2.4. | Habituação e serviços colectivos | | | 840.035,00 | 840.035,00 | | 65.457,00 | | | | 905.492,00 |
| 2.4.1. | Habituação | | | 55.000,00 | 55.000,00 | | | | | | 55.000,00 |
| 2.4.2. | Ordenamento do território | | | 19.000,00 | 19.000,00 | | | | | | 19.000,00 |
| 2.4.3. | Saneamento | | | 196.000,00 | 196.000,00 | | | | | | 196.000,00 |
| 2.4.4. | Abastecimento de água | | | 269.500,00 | 269.500,00 | | | | | | 269.500,00 |
| 2.4.5. | Resíduos sólidos | | | 189.600,00 | 189.600,00 | | | | | | 189.600,00 |
| 2.4.6. | Protecção do meio ambiente e conservação da natureza | | | 110.935,00 | 110.935,00 | | 65.457,00 | | | | 176.392,00 |
| 2.5. | Serviços culturais, recreativos e religiosos | | | 238.435,00 | 238.435,00 | | | | | | 238.435,00 |
| 2.5.1. | Cultura | | | 146.435,00 | 146.435,00 | | | | | | 146.435,00 |
| 2.5.2. | Desporto, recreio e lazer | | | 62.000,00 | 62.000,00 | | | | | | 62.000,00 |
| 2.5.3. | Outras actividades cívicas e religiosas | | | 30.000,00 | 30.000,00 | | | | | | 30.000,00 |
| 3. | Funções económicas | | | 325.316,76 | 325.316,76 | | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 394.183,80 |
| 3.2. | Indústria e energia | | | 232.216,76 | 232.216,76 | | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 301.083,80 |
| 3.4. | Comércio e turismo | | | 93.000,00 | 93.000,00 | | | | | | 93.000,00 |
| 3.4.1. | Mercados e feiras | | | 88.000,00 | 88.000,00 | | | | | | 88.000,00 |
| 3.4.2. | Turismo | | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| 3.5. | Outras funções económicas | | | 100,00 | 100,00 | | | | | | 100,00 |
| 4. | Outras funções | | | 90.000,00 | 90.000,00 | | | | | | 90.000,00 |
| 4.3. | Diversas não especificadas | | | 90.000,00 | 90.000,00 | | | | | | 90.000,00 |
| TOTAL GERAL ... | | | | 2.474.053,82 | 2.474.053,82 | | 141.342,76 | 75.885,76 | 75.885,76 | 134.555,86 | 2.901.723,96 |



PAM - Plano de Atividades Municipais para 2016

| | | |
|--|-------------------------------|----------------------------------|
| ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL | DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|--|-------------------------------|----------------------------------|

| OBJETIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA | CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | RESPON SÁVEL | DATAS | | | REALIZADO | | DESPESAS (PREVISÃO) | | | | | | TOTAL PREVISTO | | | | | |
|-------------------|--------------------------------|---------------------------------|---|---|------------------------|----|-------|------------------|------------|------------|----|-----------------------|------------------------|------------------------------|-----------|--------------|---------------|-----------|-----------|----------------|------------|------------|------------|------------|--|
| | | | | | AC | AA | FC | | INICIO | FIM | EX | PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015 | PAGAM. PREV DE OUT-DEZ | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEGUINTE | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | TOTAL | DEFINIDO | NÃO DEFINIDO | 2017 | 2018 | 2019 | | OUTROS | | | | |
| 1. | | | Funções gerais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1. | | | Serviços gerais de administração pública | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1.1. | | | Administração geral | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | | 01 | 2011 1 | QUOTA ANUAL DA ANMP e SEGUROS | OUTRA | | 100.0 | AUTAR QUIA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/01030901 | 01 | 2011 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/04050104 | 01 | 2011 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | | 02 | 2011 2 | TRANSFERENCIAS PARA AMTQT | OUTRA | | 100.0 | AUTAR QUIA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 151.000,00 | | | | | | | | | | | 151.000,00 | |
| 1.1.1.1. | 0102/04050104 | 02 | 2011 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/08050104 | 02 | 2011 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/04050102 | 04 | 2011 4 | PROTOCOLOS - TRANSFERENCIAS CORRENTES PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA | OUTRA | | 100.0 | AUTAR QUIA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 30.000,00 | 20.000,00 | | | | | | | | | | 30.000,00 | |
| 1.1.1.1. | 0102/08050102 | 05 | 2011 5 | PROTOCOLOS - TRANSFERENCIAS CAPITAL PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA | OUTRA | | 100.0 | AUTAR QUIA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 110.000,00 | 110.000,00 | | | | | | | | | | 110.000,00 | |
| 1.1.1.1. | 0102/040701 | 08 | 2011 8 | TRANSFERENCIA PARA ASSO. INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ALFANDEGA DA FÉ | OUTRA | | 100.0 | AUTAR QUIA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 5.600,00 | 5.600,00 | | | | | | | | | | 5.600,00 | |
| 1.1.1.1. | 0102/020220 | 10 | 2011 10 | SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - REVISOR OFICIAL DE CONTAS | OUTRA | | 100.0 | AUTAR QUIA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 20.000,00 | 20.000,00 | | | | | | | | | | 20.000,00 | |
| 1.1.1.1. | | 87 | 2011 84 | DESTAQUE - QUOTA ANUAL E PROJECTOS DE COOPERAÇÃO | OUTRA | | 100.0 | | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 32.000,00 | | | | | | | | | | | 32.000,00 | |
| 1.1.1.1. | 0102/040701 | 87 | 2011 84 | | | | | | | | | | | | 10.000,00 | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/080701 | 87 | 2011 84 | | | | | | | | | | | | 22.000,00 | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/020219 | 88 | 2011 85 | CONTRATOS DE MANUTENÇÃO | OUTRA | | 100.0 | DF | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 44.000,00 | 44.000,00 | | | | | | | | | | 44.000,00 | |
| 1.1.1.1. | | 89 | 2013 1 | OBRS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA | ADM. DIR. | | 100.0 | DOM | 2013/01/01 | 2016/12/31 | P | | 130.170,34 | | | | | | | | | | | 130.170,34 | |
| 1.1.1.1. | 0102/020101 | 89 | 2013 1 | | | | | | | | | | | | 60.000,00 | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/020114 | 89 | 2013 1 | | | | | | | | | | | | 5.000,00 | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/020121 | 89 | 2013 1 | | | | | | | | | | | | 5.000,00 | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/020203 | 89 | 2013 1 | | | | | | | | | | | | 40.170,34 | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/020220 | 89 | 2013 1 | | | | | | | | | | | | 10.000,00 | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/020225 | 89 | 2013 1 | | | | | | | | | | | | 10.000,00 | | | | | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/090105 | 01 | 2015 3 | REALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL | OUTRA | | 100.0 | EXE | 2015/01/01 | 2020/12/31 | | | 58.669,00 | 58.669,00 | | | 58.669,00 | 58.669,00 | 58.669,00 | | | 117.339,10 | 352.015,10 | | |
| 1.2. | | | Segurança e ordem públicas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.2.1. | | | Protecção civil e luta contra incêndios | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.2.1.1. | 0102/040701 | 11 | 2011 11 | TRANSFERENCIAS PARA OS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE ALF. DA FE-PROTOCOLO COMPARTICIPAÇÃO DE VENCIMENTOS | OUTRA | | 100.0 | PROTE CÇÃO CIVIL | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 58.000,00 | 58.000,00 | | | | | | | | | | 58.000,00 | |
| 1.2.1.1. | 0102/020220 | 12 | 2011 12 | TRABALHOS DE SILVICULTURA - LIMPEZA DE MATOS /DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR | OUTRA | | 100.0 | PROTE CÇÃO CIVIL | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 29.000,00 | 29.000,00 | | | | | | | | | | 29.000,00 | |
| 1.2.1.1. | 0102/080701 | 14 | 2011 14 | PROTOCOLO-REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO DOS BOMBEIROS PARA EQUIPAMENTO DESPORTIVO | OUTRA | | 100.0 | AUTAR QUIA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 1.000,00 | 1.000,00 | | | | | | | | | | 1.000,00 | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | 678.167,06 | 668.167,06 | | | 58.669,00 | 58.669,00 | 58.669,00 | 117.339,10 | 971.513,16 | | | | |

| | | |
|--|-------------------------------|----------------------------------|
| ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL | DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|--|-------------------------------|----------------------------------|

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA | CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | RESPONSÁVEL | DATAS | | EX | REALIZADO | | DESPESAS (PREVISÃO) | | | | | | TOTAL PREVISTO | |
|-------------------|--------------------------------|----------------------------------|-----------|---------------------|---|-------|----|-------------|--------|-----------------|------------|-----------------------|------------------------|------------------------------|---------------------|---------------------|---------------|------------------|-----------|----------------|---------------------|
| | | | | | AC | AA | FC | | INICIO | FIM | | PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015 | PAGAM. PREV DE OUT-DEZ | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEGUINTE | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | TOTAL | DEFINIDO | NÃO DEFINIDO | 2017 | 2018 | 2019 | | OUTROS |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | | | | | 678.167,06 | 668.167,06 | | 58.669,00 | 58.669,00 | 58.669,00 | 117.339,10 | 971.513,16 |
| 1.2.1. | 0102/040701 | 15 | 2011 | 15 | TRANSFERENCIA PARA AHBVAF - EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE | OUTRA | | 100.0 | | PROTECÇÃO CIVIL | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 28.500,00 | 28.500,00 | | | | | 28.500,00 |
| 2. | | | | | Funções sociais | | | | | | | | | | 1.352.070,00 | 1.243.635,00 | | 65.457,00 | | | 1.417.527,00 |
| 2.1. | | | | | Educação | | | | | | | | | | 228.600,00 | 228.600,00 | | | | | 228.600,00 |
| 2.1.1. | | | | | Ensino não superior | | | | | | | | | | 228.600,00 | 228.600,00 | | | | | 228.600,00 |
| 2.1.1.1. | 0102/020120 | 17 | 2011 | 17 | AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO PARA AS ACTIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR | OUTRA | | 100.0 | | DDS | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 3.000,00 | 3.000,00 | | | | | 3.000,00 |
| 2.1.1.1. | 0102/020105 | 18 | 2011 | 18 | CANTINA - ALIMENTAÇÃO CONFECCIONADA | OUTRA | | 100.0 | | DDS | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 45.000,00 | 45.000,00 | | | | | 45.000,00 |
| 2.1.1.1. | 0102/020106 | 19 | 2011 | 19 | CANTINA - ALIMENTAÇÃO GÊNEROS PARA CONFECCIONAL | OUTRA | | 100.0 | | DDS | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 6.500,00 | 6.500,00 | | | | | 6.500,00 |
| 2.1.1.1. | 0102/020120 | 20 | 2011 | 20 | AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO | OUTRA | | 100.0 | | DDS | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | 5.000,00 |
| 2.1.1.1. | 0102/020120 | 21 | 2011 | 21 | AQUISIÇÃO DE LIVROS E MANUAIS ESCOLARES | OUTRA | | 100.0 | | DDS | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 4.000,00 | 4.000,00 | | | | | 4.000,00 |
| 2.1.1.1. | 0102/020225 | 23 | 2011 | 23 | ENCARGOS COM ANIMAÇÃO - ACTUAÇÕES E OUTRAS ACTIVIDADES | OUTRA | | 100.0 | | DDS | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 1.100,00 | 1.100,00 | | | | | 1.100,00 |
| 2.1.1.1. | 0102/020210 | 24 | 2011 | 24 | ENCARGOS COM TRANSPORTES ESCOLARES | OUTRA | | 100.0 | | DDS | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 164.000,00 | 164.000,00 | | | | | 164.000,00 |
| 2.3. | | | | | Segurança e acção sociais | | | | | | | | | | 45.000,00 | 45.000,00 | | | | | 45.000,00 |
| 2.3.2. | | | | | Acção social | | | | | | | | | | 45.000,00 | 45.000,00 | | | | | 45.000,00 |
| 2.3.2.1. | 0102/040701 | 27 | 2011 | 27 | SUBSIDIOS A APOIOS DE ACÇÃO SOCIAL - CORENTES | OUTRA | | 100.0 | | DDS | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 24.000,00 | 24.000,00 | | | | | 24.000,00 |
| 2.3.2.2. | 0102/080701 | 29 | 2011 | 29 | SUBSIDIOS PARA DESPESAS DE INVESTIMENTO | OUTRA | | 100.0 | | DDS | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 14.000,00 | 14.000,00 | | | | | 14.000,00 |
| 2.3.2.2. | | 01 | 2014 | 1 | ATIVIDADES REALIZADAS COM IDOSOS | | | | | DDS | 2014/01/01 | 2016/12/31 | | | 7.000,00 | | | | | | 7.000,00 |
| 2.3.2.2. | 0102/020105 | 01 | 2014 | 1 | | | | | | | | | | | | 2.500,00 | | | | | |
| 2.3.2.2. | 0102/020121 | 01 | 2014 | 1 | | | | | | | | | | | | 1.000,00 | | | | | |
| 2.3.2.2. | 0102/020210 | 01 | 2014 | 1 | | | | | | | | | | | | 2.000,00 | | | | | |
| 2.3.2.2. | 0102/020225 | 01 | 2014 | 1 | | | | | | | | | | | | 1.500,00 | | | | | |
| 2.4. | | | | | Habituação e serviços colectivos | | | | | | | | | | 840.035,00 | 830.035,00 | | 65.457,00 | | | 905.492,00 |
| 2.4.1. | | | | | Habituação | | | | | | | | | | 55.000,00 | 55.000,00 | | | | | 55.000,00 |
| 2.4.1.1. | 0102/080802 | 33 | 2011 | 34 | APOIO A REABILITAÇÃO DE EDIFICIOS DE HABITAÇÃO A FAMILIAS CARENCIADAS | OUTRA | | 100.0 | | DDS | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 55.000,00 | 55.000,00 | | | | | 55.000,00 |
| 2.4.2. | | | | | Ordenamento do território | | | | | | | | | | 19.000,00 | 19.000,00 | | | | | 19.000,00 |
| 2.4.2.1. | 0102/020220 | 26 | 2011 | 26 | SERVIÇO DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO E CONTROLE DE AGUAS PUBLICAS | OUTRA | | 100.0 | | DOM | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 19.000,00 | 19.000,00 | | | | | 19.000,00 |
| 2.4.3. | | | | | Saneamento | | | | | | | | | | 196.000,00 | 196.000,00 | | | | | 196.000,00 |
| 2.4.3.1. | 0102/020220 | 36 | 2011 | 37 | ADN - TRATAMENTO DE AGUAS RESIDUAIS | OUTRA | | 100.0 | | DSU | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 196.000,00 | 196.000,00 | | | | | 196.000,00 |
| 2.4.4. | | | | | Abastecimento de água | | | | | | | | | | 269.500,00 | 269.500,00 | | | | | 269.500,00 |
| 2.4.4.1. | 0102/02011601 | 37 | 2011 | 38 | ADN - AQUISIÇÃO DE AGUA PARA ABASTECIMENTO AO CONCELHO | OUTRA | | 100.0 | | DSU | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 253.000,00 | 253.000,00 | | | | | 253.000,00 |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | | | | | 1.503.267,06 | 1.493.267,06 | | 58.669,00 | 58.669,00 | 58.669,00 | 117.339,10 | 1.796.613,16 |

| | | |
|--|-------------------------------|----------------------------------|
| ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL | DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|--|-------------------------------|----------------------------------|

| OBJETIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA | CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | RESPON SÁVEL | DATAS | | EX | REALIZADO | | DESPESAS (PREVISÃO) | | | | | | TOTAL PREVISTO | |
|-------------------|--------------------------------|----------------------------------|-----------|---------------------|---|-------|----|--------------|--------|------------|------------|-----------------------|------------------------|------------------------------|-------------------|-------------------|---------------|------------------|-----------|----------------|-------------------|
| | | | | | AC | AA | FC | | INICIO | FIM | | PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015 | PAGAM. PREV DE OUT-DEZ | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEGUINTE | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | TOTAL | DEFINIDO | NÃO DEFINIDO | 2017 | 2018 | 2019 | | OUTROS |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | | | | | 1.503.267,06 | 1.493.267,06 | | 58.669,00 | 58.669,00 | 58.669,00 | 117.339,10 | 1.796.613,16 |
| 2.4.4. | 0102/020220 | 38 | 2011 | 39 | ANALISE DE AGUA PARA ACOMPANHAMENTO DA QUALIDADE DA AGUA | OUTRA | | 100.0 | | DSU | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 16.500,00 | 16.500,00 | | | | | 16.500,00 |
| 2.4.5. | | | | | Resíduos sólidos | | | | | | | | | | 189.600,00 | 189.600,00 | | | | | 189.600,00 |
| 2.4.5. | 0102/020220 | 39 | 2011 | 40 | REPARAÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES | OUTRA | | 100.0 | | DSU | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 41.000,00 | 41.000,00 | | | | | 41.000,00 |
| 2.4.5. | 0102/020220 | 40 | 2011 | 41 | ATERRO SANITARIO - DEPOSITO DE RESIDUOS SOLIDOS | OUTRA | | 100.0 | | DSU | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 148.600,00 | 148.600,00 | | | | | 148.600,00 |
| 2.4.6. | | | | | Protecção do meio ambiente e conservação da natureza | | | | | | | | | | 110.935,00 | 100.935,00 | | 65.457,00 | | | 176.392,00 |
| 2.4.6. | 0102/020225 | 02 | 2016 | 2 | Cidadania verde - conhecer aprender e valorizar | OUTRA | | 15.0 | 85.0 | DU | 2016/01/01 | 2017/12/31 | P | | 110.935,00 | 100.935,00 | | 65.457,00 | | | 176.392,00 |
| 2.5. | | | | | Servicos culturais, recreativos e religiosos | | | | | | | | | | 238.435,00 | 140.000,00 | | | | | 238.435,00 |
| 2.5.1. | | | | | Cultura | | | | | | | | | | 146.435,00 | 48.000,00 | | | | | 146.435,00 |
| 2.5.1. | 0102/020120 | 46 | 2011 | 48 | AQUISIÇÃO DE FUNDO DOCUMENTAL PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL | OUTRA | | 100.0 | | BM | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 100.935,00 | 2.500,00 | | | | | 100.935,00 |
| 2.5.1. | 0102/020225 | 47 | 2011 | 49 | ENCARGOS COM ANIMAÇÃO E ACTIVIDADES SIMILARES | OUTRA | | 100.0 | | BM/CC | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 4.000,00 | 4.000,00 | | | | | 4.000,00 |
| 2.5.1. | 0102/020121 | 48 | 2011 | 50 | AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO CORRENTE | OUTRA | | 100.0 | | BM/CC | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 2.500,00 | 2.500,00 | | | | | 2.500,00 |
| 2.5.1. | 0102/020225 | 49 | 2011 | 51 | ACTUAÇÃO DE ARTISTAS A OUTRAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS | OUTRA | | 100.0 | | BM/CC | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 10.000,00 | 10.000,00 | | | | | 10.000,00 |
| 2.5.1. | 0102/020217 | 50 | 2011 | 52 | AÇÕES DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS ACTIVIDADES | OUTRA | | 100.0 | | BM/CC | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | 5.000,00 |
| 2.5.1. | | 51 | 2011 | 53 | TRANSFERENCIAS PARA ASSOCIAÇÕES CULTURAIS | OUTRA | | 100.0 | | AUTAR QUIA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 21.500,00 | | | | | | 21.500,00 |
| 2.5.1. | 0102/040701 | 51 | 2011 | 53 | | | | | | | | | | | | 20.000,00 | | | | | |
| 2.5.1. | 0102/080701 | 51 | 2011 | 53 | | | | | | | | | | | | 1.500,00 | | | | | |
| 2.5.1. | | 53 | 2011 | 54 | EXPOSIÇÕES E ACTIVIDADES SIMILARES | OUTRA | | 100.0 | | BM/CC | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 2.500,00 | | | | | | 2.500,00 |
| 2.5.1. | 0102/020105 | 53 | 2011 | 54 | | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | |
| 2.5.1. | 0102/020216 | 53 | 2011 | 54 | | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | |
| 2.5.1. | 0102/020217 | 53 | 2011 | 54 | | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | |
| 2.5.1. | 0102/020220 | 53 | 2011 | 54 | | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | |
| 2.5.1. | 0102/020225 | 53 | 2011 | 54 | | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | |
| 2.5.2. | | | | | Desporto, recreio e lazer | | | | | | | | | | 62.000,00 | 62.000,00 | | | | | 62.000,00 |
| 2.5.2. | | 52 | 2011 | 55 | APOIO A COLECTIVIDADES E ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS | OUTRA | | 100.0 | | AUTAR QUIA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 60.000,00 | | | | | | 60.000,00 |
| 2.5.2. | 0102/040701 | 52 | 2011 | 55 | | | | | | | | | | | | | 40.000,00 | | | | |
| 2.5.2. | 0102/080701 | 52 | 2011 | 55 | | | | | | | | | | | | | 20.000,00 | | | | |
| 2.5.2. | | 54 | 2011 | 57 | ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO, RECREIO E LAZER | OUTRA | | 100.0 | | CC | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 2.000,00 | | | | | | 2.000,00 |
| 2.5.2. | 0102/020115 | 54 | 2011 | 57 | | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | |
| 2.5.2. | 0102/020121 | 54 | 2011 | 57 | | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | |
| 2.5.2. | 0102/020220 | 54 | 2011 | 57 | | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | |
| 2.5.2. | 0102/020225 | 54 | 2011 | 57 | | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | |
| 2.5.3. | | | | | Outras actividades cívicas e religiosas | | | | | | | | | | 30.000,00 | 30.000,00 | | | | | 30.000,00 |
| 2.5.3. | | 56 | 2011 | 59 | APOIO A ORGANIZAÇÕES DE CARACTER CIVICO E RELIGIOSO | OUTRA | | 100.0 | | AUTAR QUIA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | 30.000,00 | | | | | | 30.000,00 |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | | | | | 2.058.737,06 | 1.910.302,06 | | 124.126,00 | 58.669,00 | 58.669,00 | 117.339,10 | 2.417.540,16 |

| | | |
|--|-------------------------------|----------------------------------|
| ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL | DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|--|-------------------------------|----------------------------------|

PÁGINA : 4

| OBJETIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA | CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | RESPON SÁVEL | DATAS | | | REALIZADO | | DESPESAS (PREVISÃO) | | | | | | TOTAL PREVISTO | |
|-------------------|--------------------------------|----------------------------------|-----------|---|------------------------|----|-------|--------------|------------|------------|----|-----------------------|------------------------|------------------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | | | | | AC | AA | FC | | INICIO | FIM | EX | PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015 | PAGAM. PREV DE OUT-DEZ | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEGUINTE | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | TOTAL | DEFINIDO | NÃO DEFINIDO | 2017 | 2018 | 2019 | | OUTROS |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | | | | | 2.058.737,06 | 1.910.302,06 | | 124.126,00 | 58.669,00 | 58.669,00 | 117.339,10 | 2.417.540,16 |
| 2.5.3. | 0102/040701 | 56 | 2011 59 | | | | | | | | | | | | 1.000,00 | | | | | | |
| 2.5.3. | 0102/080701 | 56 | 2011 59 | | | | | | | | | | | | 29.000,00 | | | | | | |
| 3. | | | | | | | | | | | | | | | 325.316,76 | 325.316,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 394.183,80 |
| 3.2. | | | | | | | | | | | | | | | 232.216,76 | 232.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 301.083,80 |
| 3.2. | 0102/020225 | 58 | 2011 61 | ENCARGOS COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL | OUTRA | | 100.0 | DOM | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | 215.000,00 | 215.000,00 | | | | | | 215.000,00 |
| 3.2. | 0102/020208 | 01 | 2016 1 | Projeto IP - CM Alfandega da Fé | OUTRA | | | GAP | 2016/01/01 | 2020/12/31 | P | | | 17.216,76 | 17.216,76 | | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 17.216,76 | 86.083,80 |
| 3.4. | | | | | | | | | | | | | | | 93.000,00 | 93.000,00 | | | | | 93.000,00 |
| 3.4.1. | | | | | | | | | | | | | | | 88.000,00 | 88.000,00 | | | | | 88.000,00 |
| 3.4.1. | | | | | | | | | | | | | | | 76.500,00 | | | | | | 76.500,00 |
| 3.4.1. | 0102/020115 | 59 | 2011 62 | FESTA DA CEREJA | OUTRA | | 100.0 | CC | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | | 4.000,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020117 | 59 | 2011 62 | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020121 | 59 | 2011 62 | | | | | | | | | | | | 4.000,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020217 | 59 | 2011 62 | | | | | | | | | | | | 9.000,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020220 | 59 | 2011 62 | | | | | | | | | | | | 9.000,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020225 | 59 | 2011 62 | | | | | | | | | | | | 50.000,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020163 | 60 | 2011 63 | MERCADINHO FLOR DA AMENDOA | OUTRA | | 100.0 | CC | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | 3.500,00 | | | | | | | 3.500,00 |
| 3.4.1. | 0102/020105 | 60 | 2011 63 | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020115 | 60 | 2011 63 | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020217 | 60 | 2011 63 | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020220 | 60 | 2011 63 | | | | | | | | | | | | 500,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020225 | 60 | 2011 63 | | | | | | | | | | | | 1.500,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020121 | 01 | 2014 2 | FESTA DOS PRODUTOS DA MONTANHA | OUTRA | | | DDS | 2014/01/01 | 2016/12/31 | | | | 8.000,00 | | | | | | | 8.000,00 |
| 3.4.1. | 0102/020121 | 01 | 2014 2 | | | | | | | | | | | | 1.500,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020217 | 01 | 2014 2 | | | | | | | | | | | | 1.500,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020220 | 01 | 2014 2 | | | | | | | | | | | | 3.000,00 | | | | | | |
| 3.4.1. | 0102/020225 | 01 | 2014 2 | | | | | | | | | | | | 2.000,00 | | | | | | |
| 3.4.2. | | | | | | | | | | | | | | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | 5.000,00 |
| 3.4.2. | 0102/020220 | 61 | 2011 64 | FESTIVAL SETE SOIS E SETE LUSAS | OUTRA | | 100.0 | CC | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| 3.5. | | | | | | | | | | | | | | | 100,00 | 100,00 | | | | | 100,00 |
| 3.5. | 0102/090701 | 63 | 2011 66 | COBERTURA DE PREJUÍZOS EMPRESA MUNICIPAL | OUTRA | | 100.0 | AUTAR QUIA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | 100,00 | 100,00 | | | | | | 100,00 |
| 4. | | | | | | | | | | | | | | | 90.000,00 | 90.000,00 | | | | | 90.000,00 |
| 4.3. | | | | | | | | | | | | | | | 90.000,00 | 90.000,00 | | | | | 90.000,00 |
| 4.3. | | 76 | 2011 80 | OUTROS PROTOCOLOS DIVERSOS/CONTRATOS DE PARCERIA COM DIVERSAS ENTIDADES | OUTRA | | 100.0 | DOM/D U | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | 90.000,00 | | | | | | | 90.000,00 |
| 4.3. | 0102/08050102 | 76 | 2011 80 | | | | | | | | | | | | 45.000,00 | | | | | | |
| 4.3. | 0102/080701 | 76 | 2011 80 | | | | | | | | | | | | 45.000,00 | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | | | | | | | | | | 2.474.053,82 | 2.355.618,82 | | 141.342,76 | 75.885,76 | 75.885,76 | 134.555,86 | 2.901.723,96 |

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NAO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

| | | |
|--|-------------------------------|----------------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL | DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|--|-------------------------------|----------------------------------|

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____



PPI - Plano Plurianual de Investimento para 2016

| | | |
|--|-----------------------------------|----------------------------------|
| ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS | DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|--|-----------------------------------|----------------------------------|

PÁGINA : 1

| OBJECTIVO | CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA | CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO | DESCRIÇÃO | FORMA DE REALIZAÇÃO | FONTE DE FINANCIAMENTO | | | RESPONSÁVEL | DATAS | | EX | REALIZADO | | DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) | | | | | | TOTAL PREVISTO | |
|-------------------|--------------------------------|----------------------------------|---|---|------------------------|-------|-----------------|-------------|------------|-----|----|-----------------------|------------------------|-------------------------------------|------------|--------------|---------------|------|------------|----------------|--------------|
| | | | | | AC | AA | FC | | INICIO | FIM | | PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015 | PAGAM. PREV DE OUT-DEZ | ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) | | | ANOS SEGUINTE | | | | OUTROS |
| | | | | | | | | | | | | | | TOTAL | DEFINIDO | NÃO DEFINIDO | 2017 | 2018 | 2019 | | |
| 1. | | | Funções gerais | | | | | | | | | | | 165.003,60 | 165.003,60 | | 372.352,94 | | | | 537.356,54 |
| 1.1. | | | Serviços gerais de administração pública | | | | | | | | | | | 159.003,60 | 159.003,60 | | | | | | 159.003,60 |
| 1.1.1. | | | Administração geral | | | | | | | | | | | 159.003,60 | 159.003,60 | | | | | | 159.003,60 |
| 1.1.1.1. | | 77 | 2011 2 | INFRA-ESTRUTURAS DIVERSAS NO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | DOM | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | | 29.490,00 | | | | | | | 29.490,00 |
| 1.1.1.1. | 0102/07010301 | 77 | 2011 2 | | | | | | | | | | | | 13.000,00 | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/07010302 | 77 | 2011 2 | | | | | | | | | | | | 10.000,00 | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/07010307 | 77 | 2011 2 | | | | | | | | | | | | 2.900,00 | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/07010412 | 77 | 2011 2 | | | | | | | | | | | | 2.590,00 | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/07010413 | 77 | 2011 2 | | | | | | | | | | | | 1.000,00 | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/070113 | 78 | 2011 3 | ACÇÕES E PUBLICAÇÕES DIVERSAS PARA PROMOÇÃO DE ALFÂNDEGA DA FE | OUTRA | 100.0 | AUTARQUIA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | | 2.000,00 | 2.000,00 | | | | | | 2.000,00 |
| 1.1.1.1. | 0102/070101 | 79 | 2011 4 | AQUISIÇÃO DE TERRENOS - PROCESSO JUDICIAL | OUTRA | 100.0 | DOM/DU | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | | 25.000,00 | 25.000,00 | | | | | | 25.000,00 |
| 1.1.1.1. | | 80 | 2011 5 | AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE VEICULOS | OUTRA | 100.0 | DOM | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | | 92.513,60 | | | | | | | 92.513,60 |
| 1.1.1.1. | 0102/07010601 | 80 | 2011 5 | | | | | | | | | | | | 70.513,60 | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/07010602 | 80 | 2011 5 | | | | | | | | | | | | 22.000,00 | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/070107 | 81 | 2011 6 | EQUIPAMENTO INFORMÁTICO PARA OS SERVIÇOS | OUTRA | 100.0 | INFORMÁTICA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| 1.1.1.1. | 0102/070108 | 82 | 2011 7 | AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA OS SERVIÇOS | OUTRA | 100.0 | INFORMÁTICA | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | | 2.000,00 | 2.000,00 | | | | | | 2.000,00 |
| 1.1.1.1. | | 83 | 2011 8 | AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DIVERSO PARA OS SERVIÇOS | OUTRA | 100.0 | DOM | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | | 3.000,00 | | | | | | | 3.000,00 |
| 1.1.1.1. | 0102/070109 | 83 | 2011 8 | | | | | | | | | | | | 1.000,00 | | | | | | |
| 1.1.1.1. | 0102/07011002 | 83 | 2011 8 | | | | | | | | | | | | 2.000,00 | | | | | | |
| 1.2. | | | | Segurança e ordem públicas | | | | | | | | | | 6.000,00 | 6.000,00 | | 372.352,94 | | | | 378.352,94 |
| 1.2.1. | | | | Protecção civil e luta contra incêndios | | | | | | | | | | 6.000,00 | 6.000,00 | | 372.352,94 | | | | 378.352,94 |
| 1.2.1.1. | 0102/07010408 | 88 | 2011 13 | CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS, AÇEIROS E CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REFES DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NO ÂMBITO DA DFCI | OUTRA | 100.0 | PROTECÇÃO CIVIL | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| 1.2.1.1. | 0102/07010301 | 04 | 2016 4 | BASE DE ACOlhIMENTO DO GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTECÇÃO E SOCORRO DA REGIÃO DE TRAS OS MONTES EM ALFÂNDEGA DA FE | EMPREITADA | 15.0 | 85.0 PC | 2016/01/01 | 2020/12/31 | | | | | 1.000,00 | 1.000,00 | | 372.352,94 | | | | 373.352,94 |
| 2. | | | | Funções sociais | | | | | | | | | | 362.010,00 | 362.010,00 | | 640.000,00 | | | | 1.002.010,00 |
| 2.1. | | | | Educação | | | | | | | | | | 7.900,00 | 7.900,00 | | | | | | 7.900,00 |
| 2.1.1. | | | | Ensino não superior | | | | | | | | | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| 2.1.1.1. | 0102/07010305 | 90 | 2011 15 | RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS DO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | DOM | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | 5.000,00 |
| 2.1.2. | | | | Serviços auxiliares de ensino | | | | | | | | | | 2.900,00 | 2.900,00 | | | | | | 2.900,00 |
| 2.1.2.1. | | 92 | 2011 17 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO PARA AS DIVERSAS ESCOLAS DO CONCELHO | OUTRA | 100.0 | DDS | 2011/01/01 | 2016/12/31 | | | | | 2.900,00 | | | | | | | 2.900,00 |
| 2.1.2.2. | 0102/070109 | 92 | 2011 17 | | | | | | | | | | | | 1.000,00 | | | | | | |
| 2.1.2.2. | 0102/07011002 | 92 | 2011 17 | | | | | | | | | | | | 1.000,00 | | | | | | |
| A TRANSPORTAR ... | | | | | | | | | | | | 172.903,60 | 172.003,60 | | 372.352,94 | | | | 545.256,54 | | |

| | | |
|--|-----------------------------------|----------------------------------|
| ENTIDADE MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ | PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS | DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016 |
|--|-----------------------------------|----------------------------------|

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NAO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____



QPPO – Quadro Plurianual de Programação Orçamental

ORÇAMENTO DE 2016
QPPO - Quadro plurianual de programação orçamental

| Descrição | Valores estimados 2017 a 2019 | | |
|---|-------------------------------|---------------------|---------------------|
| | 2017 | 2018 | 2019 |
| Receitas correntes | 7.093.815,19 | 7.220.424,84 | 7.382.999,51 |
| Impostos directos | 656.699,93 | 601.626,74 | 601.626,74 |
| IMI | 469.791,44 | 469.791,44 | 469.791,44 |
| IMT | 55.073,20 | 0,00 | 0,00 |
| Derrama | 48.647,57 | 48.647,57 | 48.647,57 |
| Outros | 83.187,73 | 83.187,73 | 83.187,73 |
| Impostos indirectos | 10.446,98 | 10.551,45 | 10.656,96 |
| Taxas, multas e outras penalidades | 328.605,25 | 335.983,76 | 339.343,60 |
| Rendimentos da propriedade | 349.092,36 | 349.092,36 | 349.092,36 |
| Transferências correntes | 5.748.970,67 | 5.923.170,54 | 6.082.279,85 |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro | 5.031.631,00 | 5.182.579,93 | 5.338.057,33 |
| Fundo Social Municipal | 107.515,00 | 107.515,00 | 107.515,00 |
| Participação fixa no IRS | 117.499,00 | 117.499,00 | 117.499,00 |
| outros | 152.384,63 | 152.384,63 | 152.384,63 |
| Venda de bens e serviços correntes | 339.941,05 | 363.191,98 | 366.823,90 |
| Outras receitas correntes | 0 | 0 | 0 |
| Receitas de capital | 1.117.791,92 | 1.174.917,74 | 1.230.613,94 |
| Venda de bens de investimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de capital | 1.117.791,92 | 1.174.917,74 | 1.230.613,94 |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) | 553.694,32 | 570.305,15 | 587.414,30 |
| Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados | 564.097,60 | 604.612,59 | 643.199,63 |
| Ativos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras receitas de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Rep. não abatidas nos pagamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total receita | 8.211.607,11 | 8.395.342,58 | 8.613.613,44 |
| Receitas correntes | 7.093.815,19 | 7.220.424,84 | 7.382.999,51 |
| Receitas de capital | 1.117.791,92 | 1.174.917,74 | 1.230.613,94 |
| Despesas correntes | 5.860.468,68 | 5.878.301,90 | 5.891.347,64 |
| Despesas com o pessoal | 2.912.401,96 | 2.934.223,63 | 2.953.394,84 |
| Remunerações certas e permanentes | 2.209.087,07 | 2.222.611,56 | 2.234.347,48 |
| Abonos variáveis ou eventuais | 63.281,60 | 63.738,26 | 64.331,17 |
| Segurança social | 640.033,29 | 647.873,80 | 654.716,19 |
| Aquisição de bens e serviços | 1.936.818,63 | 1.950.787,28 | 1.963.015,58 |
| Aquisição de bens | 414.977,89 | 418.712,69 | 421.643,67 |
| Aquisição de serviços | 1.521.840,75 | 1.532.074,59 | 1.541.371,90 |
| Juros e outros encargos | 421.973,55 | 403.332,33 | 384.300,81 |
| Transferências correntes | 552.867,91 | 552.867,91 | 552.673,38 |
| Subsídios | 2.200,00 | 2.200,00 | 2.200,00 |
| Outras despesas correntes | 34.206,63 | 34.890,76 | 35.763,03 |
| Despesas de capital | 2.307.582,86 | 2.374.081,49 | 2.535.059,71 |
| Aquisição de bens de capital | 1.008.972,74 | 1.062.399,35 | 1.209.930,25 |
| Investimentos | 1.008.972,74 | 1.062.399,35 | 1.209.930,25 |
| Locação financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Bens de domínio público | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de capital | 348.975,17 | 345.485,42 | 342.030,57 |
| Activos financeiros | 58.670,00 | 58.670,00 | 58.670,00 |
| Passivos financeiros | 890.964,94 | 907.526,73 | 924.428,90 |
| Outras despesas de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total despesa | 8.168.051,54 | 8.252.383,39 | 8.426.407,35 |
| Despesa corrente | 5.860.468,68 | 5.878.301,90 | 5.891.347,64 |
| Despesa de capital | 2.307.582,86 | 2.374.081,49 | 2.535.059,71 |



Mapa das Previsões dos Encargos com Empréstimos para 2016

Mapa de Previsão de encargos com empréstimos para 2016

| MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----------------------------|------------------------|-------|-------------------------|--|--------------|-------------------------|--------------|--------|-----------------------------|-------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------------------------|
| Caracterização do Empréstimo | Data aprovação pela A.M. | Data de Contratação | Prazo | Anos Decor- ridos | Finalidade do Empréstimo | Capital | | Taxa de Juro | | Encargos para o ano de 2016 | | | Dívida em 1 de Janeiro 2015 | Dívida em 31 de Dezembro 2016 |
| | | | | | | Contratado | Utilizado/a utilizar | Inicial | Atual | Amortização | Juros | Total | | |
| Banco BPI, SA | 13-03-1998 | 14-03-1998 | 26 | 16 | Construção de 40 fogos p/ habitação social | 858.810,27 | 729.696,43 | 0,0195 | 0,0195 | 36.216,23 | 5.942,97 | 42.159,20 | 354.864,59 | 318.648,36 |
| Fundo de Apoio Municipal | 26-09-2015 | 19-10-2015 | 20 | 0 | Assistencia Financeira | 1.502.818,86 | 1.392.818,86 | 2,60 | 2,60 | 0,00 | 39.133,40 | 39.133,40 | 1.392.818,86 | 1.392.818,86 |
| Caixa de Credito Agricola Mutuo do Alto Douro, CRL | 26-09-2015 | 01-10-2015 | 20 | 0 | Reestruturação Financeira ao abrigo do FAM | 7.234.224,05 | 7.005.139,85 | 1,935 | 1,935 | 0,00 | 139.982,28 | 139.982,28 | 7.005.139,85 | 7.005.139,85 |
| Caixa de Credito Agricola Mutuo de Terra Quente, CRL | 26-09-2015 | 01-10-2015 | 20 | 0 | Reestruturação Financeira ao abrigo do FAM | 4.756.836,69 | 4.708.400,87 | 1,935 | 1,935 | 181.919,03 | 87.309,03 | 269.228,06 | 4.708.400,87 | 4.526.481,84 |
| Caixa de Credito Agricola Mutua de Vale do Tavora e Douro, C.R.L. | 26-09-2015 | 01-10-2015 | 20 | 0 | Reestruturação Financeira ao abrigo do FAM | 576.927,68 | 571053,2 | 1,935 | 1,935 | 23.857,63 | 10.961,72 | 34.819,35 | 571.053,20 | 547.195,57 |
| Caixa de Credito Agricola Mutuo do Alto Douro, CRL | 26-09-2015 | 01-10-2015 | 20 | 0 | Reestruturação Financeira ao abrigo do FAM | 2.922.635,86 | 2.892.876,54 | 1,935 | 1,935 | 120.859,06 | 55.484,89 | 176.343,95 | 2.892.876,54 | 2.772.017,48 |
| Caixa de Credito Agricola Mutuo do Douro e Coa, C.R.L. | 26-09-2015 | 01-10-2015 | 20 | 0 | Reestruturação Financeira ao abrigo do FAM | 956.650,77 | 951.755,37 | 1,935 | 1,935 | 46.196,04 | 19.640,38 | 65.836,42 | 951.755,37 | 905.559,33 |
| Caixa de Credito Agricola Mutuo de Terras de Miranda do Douro, C.R.L. | 26-09-2015 | 01-10-2015 | 20 | 0 | Reestruturação Financeira ao abrigo do FAM | 961.546,17 | 951.755,37 | 1,935 | 1,935 | 46.196,04 | 19.640,38 | 65.836,42 | 951.755,37 | 905.559,33 |
| Caixa de Credito Agricola Mutuo de Nogueira e Vimioso, C.R.L. | 26-09-2015 | 01-10-2015 | 20 | 0 | Reestruturação Financeira ao abrigo do FAM | 480.773,06 | 475.877,68 | 1,935 | 1,935 | 19.881,29 | 9.127,24 | 29.008,53 | 475.877,68 | 455.996,39 |
| Total | | | | | | | | | | 475.125,32 | 387.222,29 | 862.347,61 | 19.304.542,33 | 18.829.417,01 |



Normas de execução do Orçamento de 2016



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2016

Capítulo I

Âmbito e Conceitos Gerais

Artigo 1.º

Definição e objeto

As normas apresentadas estabelecem as principais regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2016, atentos os objetivos e rigor e contenção orçamental.

Artigo 2.º

Utilização das dotações orçamentais

Durante o ano de 2016 a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis, previstos ao abrigo do disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

Artigo 3.º

Execução orçamental

1. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria.

2. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro e ao controlo da evolução do endividamento e dos pagamentos em atraso, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em 2015 e em anos anteriores, que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em 2015 sem fatura associada;
- Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para 2016.

Artigo 4.º

Modificações ao orçamento e às GOP's

A Câmara Municipal de Alfândega da Fé, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das

despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto no número 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL, confirmando a seguinte regra:

As dotações inscritas no Orçamento, participadas por Fundos Comunitários, ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas no valor da contrapartida do próprio Município.

As dotações inscritas no orçamento afetas a retenções por parte da Administração Central, para cumprimento legal não poderão ser utilizadas como contrapartidas de reforços de outros agrupamentos.

Artigo 5.º

Registo contabilístico

1. As faturas ou documentos equivalentes devem ser encaminhados pelo Expediente para a Divisão Administração e Finança (DAF). As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser encaminhadas para a DAF, no prazo máximo de 2 dias úteis e com a respetiva confirmação do documento.

2. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, do mesmo tipo ou natureza, cujo valor, isoladamente ou conjuntamente, não exceda o montante de 10.000 € por mês, devem ser enviados para a DAF em 48 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até ao 5.º dia útil após a realização da despesa.

3. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excepcional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à DAF em 5 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.

4. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita, a liquidar e cobrar pela Divisão Administrativa e Finança.

Artigo 6.º

Gestão de bens móveis e imóveis da Autarquia

1. A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do órgão executivo, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 7.º

Gestão de Stocks

1. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços, devendo os serviços providenciar para a redução adequada dos valores existentes em excesso e para uma correta análise dos stocks sem rotação.



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

2. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.

3. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta, deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, associados aos respetivos centros de custo.

4. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito de Gestão de Stocks, constam da Norma de Sistema de Controlo Interno.

Artigo 8.º

Contabilidade de Custos

1. A execução orçamental do ano de 2016 continuará a contribuir para a correta implementação da contabilidade de custos por centros de responsabilidade/unidade orgânica de forma a:

- Permitir o apuramento de custos indiretos da mesma;
- Analisar a execução orçamental na ótica económica e com isso determinar os custos subjacentes à fixação de taxas, tarifas e preços de bens e serviços;
- Obter a demonstração de resultados por funções e por atividades.

Capítulo II

Receita

Artigo 9.º

Arrecadação de receitas

1. Nenhuma receita poderá ser arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.

2. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.

3. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Autarquia relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica a Presidente da Câmara.

4. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro transitam para o ano seguinte nas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar e mantidas em conta corrente.

Artigo 10.º

Anulação de dívida e restituição de receitas

1. As anulações de dívida por motivo de duplicação ou lapso no cálculo do valor a cobrar, devem ser efetuadas mediante informação fundamentada e justificada da unidade que solicita a anulação, autorizada superiormente pelo respetivo membro do órgão executivo.

2. As anulações de dívida por decisão camarária, devem ser efetuadas mediante informação devidamente fundamentada, quanto ao motivo da anulação da liquidação da dívida e com a devida autorização da Presidente da Câmara.

3. As restituições de receita devem ser efetuadas mediante informação devidamente fundamentada da respetiva unidade, e autorizada superiormente pela Presidente da Câmara, sendo que:

- Restituições do próprio ano são efetuadas através de processo da receita com emissão de reposição abatida à receita, com reflexos no controlo orçamental da receita;
- Restituições de anos anteriores são efetuadas através de processo de despesa com emissão de ordem de pagamento com reflexos no controlo orçamental da despesa.

Capítulo III

Despesa

Artigo 11.º

Princípios gerais param a realização da despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, constantes do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.

2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:

- Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
- Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
- Emitido um número de compromisso válido e sequencial;
- Existam fundos disponíveis.

3. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como remunerações, comunicações, água, eletricidade, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, podem ser registados para o ano civil, como compromissos permanentes, ou mensalmente para um período deslizando de três meses.

4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no orçamento e no PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

Artigo 12.º

Conferência e registo da despesa

A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Artigo 13.º

Processamento de faturas

1. As faturas justificativas da despesa realizada, devem ser emitidas no prazo de 5 dias após a respetiva prestação e enviadas para o município no prazo máximo de 8 dias úteis da prestação.

2. As faturas a liquidar, as guias de remessa ou de transporte deverão ser visadas, pelo serviço responsável pela gestão do respetivo processo de contratação.

Artigo 14.º

Processamento de remunerações

1. As despesas relativas a remunerações do pessoal serão processadas pela Contabilidade com informação disponibilizada pelos Recursos Humanos, de acordo com as normas e instruções em vigor.

2. As folhas de remunerações devem dar entrada na Contabilidade com a antecedência de 3 dias úteis antes da data prevista para o pagamento de cada mês.

3. Quando se promover a contratação ou mudança de situação de trabalhadores depois de elaborada a correspondente folha, os abonos serão regularizados no processamento do mês seguinte.

Artigo 15.º

Cauções

1. Os serviços que rececionem cauções ou garantias, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal entre outros, deverão remeter uma cópia, à DAF, Contabilidade, que procederá ao seu registo.

2. Cabe à Contabilidade registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição, assim como a devolução das cauções e garantias.

3. Para efeitos de libertação de cauções/garantias os serviços responsáveis devem enviar à DAF informação, nos termos do contrato e da legislação em vigor, onde constem as condições para libertar as cauções/garantias existentes com a identificação da referência de cada uma e dos processos que as originaram.

Artigo 16.º

Fundo de manei

1. O montante máximo de fundo manei a atribuir, durante o ano de 2016, será de até 1000 €, desagregado por rubrica económica.

2. Os pagamentos efetuados pelo fundo de manei são objeto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, a qual deverá ter caráter mensal e registo da despesa e registo da despesa em rubrica de classificação adequada.

3. A competência para o pagamento de despesas por conta do Fundo de manei é dos responsáveis pelo mesmo, os quais podem depositá-lo em conta bancária própria.

4. O fundo de manei será saldado até ao último dia útil do mês de dezembro de 2016, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.

5. Os titulares dos fundos respondem pessoalmente pelo incumprimento das regras aplicáveis à utilização dos mesmos.

6. Tratando-se de despesas com alimentação ou deslocação, devem os titulares do fundo de manei identificar, no documento, os participantes, bem como o evento ou o motivo justificativo da despesa.

Artigo 17.º

Compromissos plurianuais

1. Para efeitos do previsto na alínea c), do nº 1, do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos no LCPA, no Decreto Lei nº 127/2012, de 21 de junho, e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista.

2. Ficam igualmente autorizadas as despesas plurianuais decorrentes de contratos que não constem do número anterior e que em cada um dos 3 anos seguintes não ultrapassem 100.000 €.

Artigo 18.º

Autorizações assumidas

1. Consideram-se automaticamente autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:

- a) Remunerações;
- b) Subsídio familiar a crianças e jovens;
- c) Gratificações, pensões transitórias de aposentações e outras;
- d) Encargos de empréstimos;
- e) Rendas;
- f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao estado ou organismos seus dependentes;



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

- g) Água, energia elétrica e gás;
 - h) Internet, comunicações telefónicas e postais;
 - i) Prémios de seguros;
 - j) Quaisquer outros encargos que resultem de encargos de contratos legalmente celebrados.
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por operações de tesouraria.

Artigo 19.º

Reposições ao Município

1. As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:
- a) Por meio de guia ou por desconto em folhas de remunerações e abonos;
 - b) Devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.
2. A reposição em prestações mensais pode ser autorizada pela Presidente da Câmara, em casos especiais, devidamente informados pela DAF, cujo número de prestações será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico àquele em que o despacho for proferido.
3. Em casos especiais poderá a Presidente da Câmara autorizar que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor desde que não exceda 20% da remuneração base, caso em que pode ser inferior ao limite de 5%.

Capítulo IV

Disposições finais

Artigo 20.º

Dúvidas sobre a execução do orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do orçamento e na aplicação ou interpretação das Normas de Execução do Orçamento serão resolvidas por despacho da Presidente da Câmara.

Município de Alfândega da Fé,

Outubro de 2015

A Presidente da Câmara

Berta Ferreira Milheiro Nunes

